

**Ata da sessão Ordinária realizada
dia 29 de junho de 2015**

Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano dois mil e quinze, pelas **21 horas**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: José Eduardo Pereira Brites, Cláudio Brás Silvestre, Ana Maria R. T. Ramos Barão, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro. -----

Eleitos pelo IPA: Francisco Lourenço Teixeira, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, Vítor Manuel Libânio Afonso, José Romba Guerreiro, Nuno Manuel Varela Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro. -----

Eleitos pelo PSD: Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Paula Cristina V. Camacho Botelho, Bruno Miguel Fernandes Martins, Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Manuel Palma Guerreiro e Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3, do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara, António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Vereadores, Luís Artur dos Santos Gaiolas (PS), Ricardo António Monteiro Colaço (PSD), João António Rodrigues Palma (IPA) e António José Messias do Rosário Sebastião (IPA). -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 39.º do Regimento: -----

A.1. - Intervenção dos Municípios; -----

A.2. – Esclarecimentos. -----

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

B.1. - Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas; -----

B.2. - Votação da ata da ata n.º 09, de 29 de abril de 2015 (2013/2017); -----

B.3. - Leitura de expediente; -----

B.4. - Intervenções. -----

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

C.1. - Apreciação e deliberação dos documentos da Prestação de Contas Consolidada de 2014; -----

C.2. - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro; -----

C.3. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.4. Aprovação da ata em minuta. -----

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B.1. - SUSPENSÃO DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA. -----

RENÚNCIA DE MANDATOS. -----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediram renúncia de mandato as deputadas da Assembleia, **Maria de Fátima Paleta do Carmo (PS)** e **Dina Guerreiro Cavaco (IPA)**, que nos termos do artigo 18, n.º 3, do Regimento desta Assembleia, e serão substituídas, respetivamente, pelos deputados **Ana Maria R. T. Ramos Barão** e **Nuno Manuel Varela Domingos**. -----

A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou. -----

B.2. - VOTAÇÃO DA ATA N.º 9 DE 29 DE ABRIL DE 2015 - (2013/2017). -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 09 da sessão ordinária de 29 de abril de 2015. -----

Não havendo pedidos de intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 09** da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2015, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD, IPA). -----

B.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta. -----

De entre esta correspondência, destacou: -----

Uma intervenção feita na Assembleia da República pelo senhor deputado Luís Pita Ameixa, relativamente à denominação do medronho (que inclui o medronho do Alentejo) por *“Medronho do Algarve”*, cujo documento se encontra à disposição na mesa para consulta. -----

Sobre o tema, referiu o facto de também agora ter aparecido o museu do medronho do Alqueva. -----

B.4. – INTERVENÇÕES: -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados José Brites, Ana Barão, José Romba, Bruno Martins, Celeste Sebastião e o Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé, Sérgio Palma. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **José Brites**, que leu as seguintes questões: -----

“Assunto: Análises à água do Poço Chafariz: -----

Mencionei nesta assembleia a necessidade do poço do chafariz ser limpo, congratulo agora o executivo pela sua limpeza. -----

Agora, pergunta este deputado, se não é possível se digne ordenar que seja feita uma análise àquela água para saber da existência ou não de legionella. -----

Assunto: Projeto de Pesca na Barragem da Boavista: -----

Este deputado, na anterior sessão, levantou a questão da concessão de pesca reservada municipal, tendo sido respondido existir uma parceria para um projeto com a federação Portuguesa de Carp Fishing na Barragem da Boavista. -----

Tendo conhecimento da existência de uma Junta de Agricultores de Regantes para ambas as barragens, Boavista e Monte Clérigo. -----

Pergunta agora o deputado se aquela Junta foi ouvida ou até se faz parte desta parceria. -----

Assunto: Limpeza da ribeira de Cobres: -----

Mencionei na sessão anterior desta assembleia a necessidade das margens da Ribeira de Cobres serem limpas, nomeadamente entre as zonas de São Pedro e o Lavadouro do chafariz. -----

É com satisfação que congratulo o executivo da Câmara Municipal pela limpeza agora feita nesta Ribeira. Foi uma decisão bem tomada, pois as famílias que residem naquela zona já podem respirar de alívio, até porque, em caso de incêndio, muitas delas estavam sujeitas a que o fogo chegasse junto das suas residências. -----

Assunto: Almodôvar à descoberta das sonoridades: -----

Em fevereiro de 2014 foram abertas inscrições para aulas de Música. -----

Dado ter conhecimento da abertura de inscrições, nomeadamente para aulas de Harmónica, e tendo conhecimento dos inscritos, até à data, não terem tido qualquer informação do respetivo serviço. -----

O deputado pergunta se ainda está prevista a sua iniciação e, em caso afirmativo, para quando. -----

Assunto: Aulas gratuitas de Flauta (modas alentejanas): -----

Também no Fórum Cultural, até ao dia 17 de Maio último, estiveram abertas inscrições para flauta. -----

O deputado pergunta, dado haver já mais de um mês que acabaram as inscrições, se está para breve a sua iniciação.” -----

Foi dada a palavra à deputada **Ana Barão** que passou à leitura do documento que se transcreve: -----

“Quero deixar aqui os meus votos de congratulação pela ideia do Festival Almarte. Foi um festival inovador e diferente na nossa terra. -----

Foi também diferente pelo facto de ter juntado as associações num só “Stand” de vendas, indicando assim uma forte união entre o movimento associativo, e permitindo a

partilha e colaboração entre todos. Algo que nunca tinha acontecido até hoje e que penso ser de continuar em futuros festivais.-----

Esta união foi ainda importante porque mostrou a todos que estas associações têm vontade de trabalhar, de colaborar com o município, e não estão somente à espera de subsídios.-----

Prosseguindo, a deputada **Ana Barão** leu outro documento cujo teor se reproduz: ----

“Após análise das atas, onde consta a contratação de dois nadadores-salvadores para as piscinas municipais, venho congratular o trabalho do executivo em assegurar os serviços de proteção a quem vai às piscinas, apesar das Imitações de contratualização de funcionários para o serviço público.-----

Tem ainda mais importância o facto de saber que os nadadores que estavam a exercer o cargo há muitos anos, mostravam já, há algum tempo, a vontade de serem transferidos para outro local. Assim sendo, esta transferência veio dar mais motivação a esses colaboradores e um colaborador motivado faz muito mais pelo seu local de trabalho.”-----

Dada a palavra ao deputado **Bruno Martins**, este referiu o seguinte: -----

“FESTIVAL ALMARTE”. -----

É de louvar a realização do festival AlmarTE. No entanto, não podemos deixar de constatar que, na nossa opinião, houve algumas falhas, não só na programação do festival, quer na agenda, como na disposição dos espetáculos e no horário dos mesmos. No entanto, sabemos que a ideia de querer integrar o festival na vila também não facilita essa programação.-----

No que respeita aos visitantes, não nos parece que o festival AlmarTE tivesse sido visitado por muita população externa ao nosso concelho. As pessoas que visitaram Almodôvar nos dias do festival eram essencialmente do nosso concelho. Sendo que o comércio local não retira grande retorno dessas visitas. Assim gostaríamos de saber o balanço final que o Sr. Presidente fez do festival. Se já foram avaliados os retornos e se se detetaram algumas lacuna, para que possam ser analisadas e corrigidas num futuro festival.”-----

“OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA. -----

Sr. Presidente, podemos constatar que as obras no centro histórico da vila têm-se arrastado por um período longo. Bem sabemos que, no caso da Rua da Malpica, foram detectadas algumas dificuldades de ordem cadastral (dificuldades essas já ultrapassadas), no entanto, o Sr. Presidente, em Assembleias anteriores, relatou que o seu término seria durante o mês de Maio do corrente ano. Tanto quanto julgamos saber, o prazo da obra foi prorrogado por um período de mais 42 dias.-----

O grupo parlamentar do PSD gostaria que nos elucidasse sobre a real situação destas obras e que contratemos foram detetados para justificar essa prorrogação.-----

Relembro também o Sr. Presidente, que em grande parte das obras não é possível fechar sistemas de águas residuais, logo não compreendemos a congratulação com a manutenção das águas residuais.”-----

O deputado **José Romba** leu o seguinte documento: -----

“Estrada das Viúvas: -----

Como na minha intervenção da sessão anterior não consegui esclarecer bem o Sr. Presidente da Câmara, onde proferiu afirmações “menos verdadeiras”, talvez por ter sido demasiado exaustivo nas minhas explicações, por querer ser preciso e justificado, quanto à origem das afirmações, mesmo assim o Sr. Presidente solicitou de novo esclarecimento, dizendo:-----

Relativamente ao deputado José Romba, respondeu que o senhor deputado continua com a ideia de que mentiu e ele não sabe, sinceramente, onde é que mentiu, pedindo desculpa pela insistência neste assunto. -----

Pedi ao senhor deputado para lhe dizer onde é que ele mentiu. (extrato da ata nº 9, pág. 330). -----

Passo então a repetir apenas e só alguns excertos do que eu disse e consta na respetiva ata, para que fique esclarecida a minha afirmação, considerando que seja suficiente: -----

Na pag. 210 da ata nº6 refere o seguinte nas respostas do Sr. Presidente:-----

“Respondendo à questão sobre a estrada entre as Viúvas e São Pedro de Solis, depois de algumas reuniões, que não foram tantas quanto as necessárias, conseguiu-se abrir as propostas da empreitada, hoje. O júri deve reunir-se amanhã e, provavelmente, na próxima semana, estará em condições para entregar a obra. Explicou que chegaram a algum acordo, mas julga que ainda não é o momento oportuno para falar dele, uma vez que ainda há negociações a fazer, todavia, o que é importante é que a obra terá início em breve. -----

Esclareceu também que, infelizmente, esta situação demorou mais do que era de esperar, porque teve a ver, em grande parte, com a falta de vontade da empresa colaborar com a Câmara.” -----

No esclarecimento anterior, eu dizia: -----

“É nesta resposta que o Sr. Presidente da Câmara faz a tal afirmação menos verdadeira, pois acabou de explicar que se abriram as propostas hoje, era porque se tratava de um concurso público e de seguida diz que já tinham chegado a algum acordo e ainda reforça que há negociações a fazer.” -----

Ora, para quem está atento e percebe como as coisas funcionam minimamente, fica-se perplexo com tanta incoerência nas afirmações proferidas, por isso até se pode pensar que são afirmações pouco verdadeiras, para não dizer outras coisas, como que são afirmações para ficarem bem a quem as ouve, sem se aperceber que é pura demagogia. -----

Para reforçar este rol de afirmações, menos verdadeiras, ainda diz: -----

“Esclareceu também que, infelizmente, esta situação demorou mais do que era de esperar, porque teve a ver, em grande parte, com a falta de vontade da empresa colaborar com a Câmara”. -----

Quem já tinha percebido anteriormente, mas tivesse ficado com alguma dúvida, agora com esta afirmação, ficou completamente esclarecido que estava a haver um “negócio” mau de ajustar, por isso, demorava tanto tempo a iniciar-se a obra. -----

E assim tinha desculpa para ir protelando a reparação da estrada, que nem os buracos mereciam que fossem tapados. -----

Já agora, reparem que estamos a referir excertos da ata nº 6 de 29 de setembro em que se afirma que a obra deverá iniciar-se para a semana, mas que na sessão de 21 de

novembro, volta-se a falar no assunto e o Sr. Presidente da Câmara refere na página 52, que julgava que a obra iria começar no mês passado, mas ainda não começou. -----

Nestes excertos, de atas anteriores, parece estar o esclarecimento total que o Sr. Presidente diz não ter percebido ou não ter querido perceber, para o caso de ainda ser preciso mais algum esclarecimento, estarei disponível para o fazer. -----

Na sessão de 27 de fevereiro, na minha intervenção sobre este assunto, referi como se pode verificar na respetiva ata:-----

“Já agora, informo o Sr. Presidente da Câmara, que enquanto não for a sinalização corrigida, ao menos mande tirar os sinais que ainda dizem “ESTRADA EM MAU ESTADO” e os substitua por “ESTRADA SEM MARCAÇÃO” ou algo mais realista.-----

Aqui tem mais uma prova da inércia total que está instalada, para tirar os sinais não se gastava dinheiro a não ser uma deslocação, mas já agora aproveitava-se para os pôr de acordo com a realidade, até que sejam aplicados os definitivos e as respetivas marcações, que aproveito para questionar, se tem alguma previsão temporal para a sua efetivação.”-----

Ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu:-----

“A obra está feita, falta, no entanto, a sinalética, que irá ser colocada. -----

Deu razão ao senhor deputado quando diz que em vez do sinal de mau estado devia lá estar o sinal de estrada incompleta ou em obras. Esta substituição de sinais vai ser tratada.”-----

As reparações demoraram quase um ano a concretizar-se, mas desde fevereiro que foram executadas e alertado este executivo para a necessidade de se complementar a obra com a sinalização, sendo dito pelo Sr. Presidente da Câmara que iria tratar do assunto na sessão de 29 de fevereiro, como consta na respetiva ata (pag.330), como suprarreferido. -----

Constata-se que hoje ainda está a mesma sinalização a indicar “ESTRADA EM MAU ESTADO”, onde deveria estar “ESTRADA SEM MARCAÇÃO”, sendo que esta sinalização seria de curta duração e apenas e só para enquanto não se efetuasse a respetiva sinalização vertical e horizontal, que foi esquecida em fase de projeto, mas ao que tudo indica, continua esquecida apesar dos alertas efetuados. -----.

Como já foi referido nas sessões anteriores desta Assembleia, a sinalização é necessária para melhor segurança dos utentes e no mínimo aquela existente já deveria ter saído e substituída, mas nem isso nem coisa nenhuma foi feita, o que nos parece deveras demasiado desleixo e falta de respeito do órgão executivo pelos munícipes em geral e pelos deputados desta assembleia em particular, pois não foi apenas um deputado do IPA a falar neste assunto. -----

Se por ventura é pelo fato de ser um deputado do IPA a alertar para este assunto, que nada se faz, então teremos mesmo de ponderar se teremos de solicitar aos colegas das outras forças políticas representadas nesta assembleia, que façam os reparos ou mesmo aos munícipes que se podem inscrever “antes da ordem do dia”, que tragam aqui os assuntos, que talvez assim sejam ouvidos e entrem as suas pretensões na agenda das tarefas a executar pelo executivo. -----

Há ou não a intenção de alterar a sinalização enquanto não se regulariza a situação, que devia ser temporária, da mais curta duração possível e que afinal está lá desde a altura em que a estrada estava degradada e apenas e só para desresponsabilizar quem tinha efetivamente responsabilidades no assunto, que era a Câmara, na pessoa do Sr.

Presidente, para o caso de haver algum acidente resultante do estado da estrada e da falta da respetiva sinalização? -----

- Aproveito para questionar em que estado está o procedimento para a concretização da sinalização vertical e horizontal da referida estrada, uma vez que já foi aqui assumido na passada sessão deste órgão, pelo Sr. Presidente da Câmara que a sinalética irá ser colocada?-----

A deputada **Celeste Sebastião** lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal, em abril, o Movimento dos Independentes Por Almodôvar trouxe a questão do Programa “Portugal 2020”, em especial a questão dos fundos estruturais que serão atribuídos, com condições especiais, aos 164 municípios identificados como municípios em territórios de baixa densidade. Como também foi referido na altura, Almodôvar integra esse grupo de municípios com privilégios em termos de concursos específicos, de bonificações e majoração das taxas de apoio. -----

Na altura, questionando quanto aos planos do Executivo para beneficiar e aproveitar estes benefícios, quais os projetos que tinha em carteira para eventuais candidaturas, parcerias que pretendiam estabelecer para ter acesso a estas verbas, em que áreas é que pretendem apostar, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que as candidaturas ainda não tinham aberto, que a CIMBAL estava a trabalhar com os 13 municípios e a estudar as percentagens para cada um deles e quem é que se ia candidatar através desta organização e convidou mesmo os deputados desta Assembleia a lerem o programa eleitoral do Partido Socialista para ver os projetos que tinham sido apresentados na altura de eleições e qual era então a estratégia deste Executivo para o nosso concelho. --

Pois bem Senhor Presidente da Câmara, entretanto já abriram algumas candidaturas, nomeadamente nas áreas de empreendedorismo, inovação empresarial e desenvolvimento base comunitária para territórios de baixa densidade. A CIMBAL enquanto entidade com gestão própria de fundos, responsável pela repartição deste pelos municípios, deve pretender saber quais são os planos, que candidaturas é que o município pretende fazer e nós no concelho de Almodôvar com certeza não vamos querer perder esse comboio, até mesmo porque o Partido Socialista tem, como o Senhor Presidente da Câmara saberá decerto, melhor que ela, no seu programa eleitoral propostas como: -----

“Uma linha estratégica de divulgação dos produtos e serviços dos nossos empresários no exterior através de parcerias com associações locais nacionais e internacionais. Criar uma marca identificadora para o concelho associada a uma produção tradicional local que funcione como elemento âncora de reconhecimento e promoção. Apoio às associações de desenvolvimento económico do concelho e potenciar condições para a proteção, divulgação e certificação dos produtos de Almodôvar “ -----

Neste sentido, e tendo por base estas propostas do seu próprio programa eleitoral assim como as candidaturas que estão aí à porta, gostaríamos de saber quais são os projetos que o Executivo se encontra a preparar e pretende apresentar no âmbito destas candidaturas do Programa “Portugal 2020” e, não queremos acreditar que o Senhor Presidente nos vai responder novamente, que ainda é cedo, que está a aguardar as orientações do Governo ou das Entidades Regionais, que estão à espera das candidaturas certas, porque este é um trabalho plenamente estratégico tem de ser feito

antecipadamente, com identificação das necessidades, com definição das prioridades, em que as linhas mestras dos projetos devem estar necessariamente definidas antes das candidaturas. -----

Por outro lado, a questão das candidaturas à CIMBAL acaba por ser uma falsa questão e nunca pode ser uma desculpa para ainda não ter preparado nada, pois, para além destas candidaturas, como também o Senhor Presidente saberá com certeza, estas representam apenas uma parte dos fundos disponíveis e existem outras candidaturas que não passam pela CIMBAL. -----

Por tudo isto, o Movimento dos Independentes por Almodôvar não quer acreditar que este Executivo seja irresponsável ao ponto de ainda não ter preparado nada, porque mesmo tendo por base as propostas do seu próprio programa eleitoral já devem ter vários projetos em carteira. -----

Pois bem, gostaríamos de saber mais sobre esses projetos, em que áreas pretendem apostar? Que parcerias estão a desenvolver? Com que entidades pretendem colaborar? Esta é uma informação que o Senhor Presidente da Câmara deve aos deputados desta Assembleia, até porque lhes parece bastante irónico que no seu próprio programa eleitoral, no programa eleitoral do Partido Socialista, tenha proposto a promoção, divulgação e certificação dos produtos do concelho no exterior e, depois, como se viu na última Assembleia, se tenha querido alienar de um dos únicos centros de valorização e promoção dos recursos endógenos do nosso concelho. -----

Mas enfim, a questão da sua intervenção é saber qual é a estratégia deste Executivo para aceder aos fundos estruturais comunitários do Programa “Portugal 2020”? Qual a estratégia deste Executivo eleito para o concelho de Almodôvar? Questão que já colocaram aqui várias vezes, mas que ainda não conseguiram ter uma resposta que a informe, como é o dever o Presidente e é direito dos deputados. -----

O Presidente da **Junta de Freguesia de São Barnabé** disse que no caso do medronho não está bem informado. Todavia, referiu que, como é do conhecimento de todos, na Freguesia de São Barnabé existem muitas atividades relacionadas com o medronho e, nesse âmbito, até se desenvolveu a “Feira do Medronho e do Cogumelo” que tem tido sucesso. -----

Acrescentou que ainda não foi informado por parte da Câmara, mas sabe por outros meios, que existem determinadas situações que estão a ser feitas no Algarve, nomeadamente no Barranco do Velho, em que o Baixo Alentejo e especificamente a serra de São Barnabé iria ficar sem determinadas potencialidades relacionadas com o medronho. -----

Realça que não foi informado por parte da Câmara Municipal e gostaria de saber o que pensa o Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto. Não sabe e por isso gostaria de ser esclarecido se já foram feitas algumas diligências? -----

Terminou referindo que sobre este assunto, podem contar consigo naquilo que for preciso em prol do nosso medronho, um produto que é da serra de São Barnabé e de todo o concelho de Almodôvar. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por responder ao deputado **José Brites**, esclarecendo que o Poço do Chafariz foi limpo, não somente pela insistência, mas também porque se achou que era uma necessidade. No que respeita às análises de controlo da qualidade da água para consumo humano, tendo em conta que há água

canalizada e que esta infraestrutura está ao dispor de todos, não será considerada como uma prioridade tornar aquela água própria para consumo, o que não quer dizer que, no futuro, não se façam análises nesse sentido. -----

Sobre a questão da Junta de Agricultores e a questão da parceria para a zona de pesca, referiu que têm conhecimento que existe uma Junta de Agricultores criada em 1989 ou 1990, não tendo conhecimento de quaisquer atividades desta Junta de Agricultores daí para cá. Confessou que quando se pensou no projeto que envolve a água das Barragens da Boavista e do Monte Clérigo, a Junta de Agricultores não foi convidada para uma reunião a fim de poderem partilhar informação. Recebeu uma carta do senhor deputado a fazer-lhe o pedido para uma reunião, o que será naturalmente considerado, pois somos uma Câmara que tem a porta aberta a todos aqueles que queiram participar na resolução dos problemas e contribuir para se encontrarem as melhores soluções para a população do nosso concelho. -----

Sobre as aulas de música, houve, de facto, alguma dificuldade em dar início às aulas de harmónica, que iriam ser asseguradas pelo colaborador Pedro Godinho, como estava previsto. Na altura, aquele colaborador estava nas Piscinas Municipais, exercendo a tarefa de nadador salvador, trabalhando por turnos e, por isso, era difícil assegurar as aulas. Tendo em conta que o referido colaborador foi transferido para outra secção, julga que agora se começam a reunir as condições para se voltar a pensar no assunto. ---

Houve também, por um lado, algumas aulas que começaram com algum movimento, mas que depois foram perdendo alguns alunos e, por outro lado, houve outras, tal como o “Coro de Nossa Senhora da Conceição” que tiveram uma importância muito relevante para o concelho e para a qualidade musical com que nos habituaram no último ano. Deixou os parabéns ao referido coro. -----

Respondendo ao deputado **Bruno Martins** e sobre o Festival ALMARTE, explicou que sempre que se faz um evento em Almodôvar, o mesmo tem como objetivo proporcionar condições aos munícipes e a quem nos visita, incentivar o consumo, dinamizar o comércio e a restauração do nosso concelho. Este é o papel de qualquer evento levado a cabo pelo município e o desejo de qualquer Presidente de Câmara. -----

Também sempre que se faz um evento com a dimensão do ALMARTE, que foi algo inovador, único a sul do país pela sua estrutura e por tudo aquilo que foi apresentado em termos culturais, encaramos com naturalidade a existência de algumas falhas. Na realidade, foram detetadas algumas falhas no ALMARTE, não de conceção, porque quando o festival foi preparado tudo foi feito em condições, com grande empenho, sabendo-se exatamente aquilo que se pretendia, mas depois de realizado o festival detetaram-se algumas falhas, pelo que há necessidade de melhorias, de adaptações, de pequenas alterações, as quais se farão na próxima edição do ALMARTE. -----

Quando o Senhor deputado questiona se o festival foi uma mais-valia para o comércio, para a restauração ou para a hotelaria, respondo-lhe que seja o ALMARTE ou outro evento qualquer, é sempre uma mais-valia, pois através do comércio, da restauração ou da hotelaria, o nome do concelho, a nossa cultura, as nossas vivências, saiem para fora de Almodôvar. Por esta razão valeu a pena realizar o ALMARTE e valeu a pena também pela experiência, pela inovação do evento, que foi falado pelo país e eventualmente num futuro próximo será falado pelo mundo. O ALMARTE é o festival internacional de artes de rua e este conceito diz tudo. Não se conseguiu a perfeição à primeira vez, porventura nem à segunda, mas ir-se-á certamente melhorar. Também se

agradece o contributo de todos os vereadores, de todos os senhores deputados, de toda a gente que queira participar e sempre que se detete algo que está menos bem agradece-se a informação para que assim possamos melhorar cada vez mais. -----

Sobre as obras da Rua da Malpica, na última sessão foi explicada a situação dos atrasos, por isso, pensa que não vale a pena esmiuçar o assunto. Em síntese, recordou que os atrasos têm a ver, em grande parte, com a desatualização do cadastro, com algumas decisões que deveriam ter sido tomadas anteriormente, nomeadamente no que respeita ao Posto de Transformação, com indecisões por parte da PT e da EDP e também com algumas indecisões da Câmara sobre o que seria melhor fazer-se, uma vez que todos os dias olhamos para os projetos e tentamos melhorá-los, sobretudo quando eles contêm defeitos. No caso em discussão, o projeto continha algumas lacunas que se foram melhorando à medida que a obra ia decorrendo. Em consequência deste trabalho, pensa que hoje as obras das Ruas da Malpica, Afonso e Arco, estão a decorrer a um bom ritmo e a ter um avanço muito rápido. As dificuldades iniciais foram superadas e crê que agora se ganhou um ritmo de obra muito bom. Acrescentou que estará para breve a abertura da Rua da Malpica, seguindo-se as restantes. -----

Em relação ao saneamento básico, o que afirmou na última sessão e que agora volta a afirmar, é que se tentou sempre, a todo o custo, que nunca faltasse água canalizada em casa das pessoas nem a ligação aos esgotos, mesmo no decorrer da obra. Sabe que as obras trazem as suas complicações, que levam tempo, que há falhas, que há ajustes a fazer e esta obra não foge à regra, teve os seus problemas, mas está agora num bom ritmo. Julga que não é necessário dizer mais, apenas referir o facto de ter sido necessária uma prorrogação de prazo, pois ou se prorrogava o prazo ou se deixava a obra a meio. Nesta situação tem de se decidir sempre pela prorrogação de prazo, que é, aliás, uma cláusula legal na contratação pública. -----

Relativamente ao deputado **José Romba**, referiu que já falou tanta vez da estrada das Viúvas que até parece que não há mais obras em Almodôvar, não fossem os outros deputados a falarem de outras obras, porque, efetivamente, há muito mais obras para além desta, em Almodôvar. -----

Relativamente a esta obra, o que está a falhar, neste momento, é a sinalética. Explicou que o facto da sinalética ainda não ter sido colocada, deve-se à ideia de juntar a sinalética de mais obras para se organizar e rentabilizar o processo para efeitos de contratualização. A sinalética deste troço não está esquecida, todavia, agradeceu a preocupação do senhor deputado. Referiu também que o sinal que está a mais na obra é uma placa com a informação “estrada em mau estado”, a qual já devia ter sido tirada, assumindo que ainda não o foi por esquecimento. A sinalética horizontal em falta vai ser tratada em seu devido tempo, não tanto pela pressão que o senhor deputado faz, mas porque efetivamente faz falta. -----

Quanto à questão da mentira ou da falta de verdade, o assunto já está mais que debatido. O senhor deputado mencionou as páginas das atas, fez um trabalho de casa proventura bem feito, mas esqueceu-se de mencionar o contexto, pois quando disse que havia negociações não se referia ao empreiteiro, até porque a obra não foi adjudicada por concurso público, mas por convite a três entidades, sendo feito ajuste direto. Portanto, as propostas foram abertas e analisadas pelo júri, tendo a obra sido entregue ao concorrente que fez as melhores condições. -----

Mas havia efetivamente uma negociação em curso que tinha a ver com quem é que pagava a obra. Ora, este contexto é que não foi mencionado e foi essa a parte a que eu me referi que o senhor deputado me estava a chamar mentiroso, ou melhor, estava a ocultar a verdade, quando, afinal, não estava a ocultar a verdade. Também na última sessão foi dito pelo senhor deputado que nós tínhamos recebido dez mil euros de contribuição da EDP, tendo-o eu corrigido que tinham sido quarenta mil euros, se está recordado. -----

Foi essa a negociação que se estava a referir e é esse o contexto que falta na afirmação do senhor deputado. Saliu que aquilo que o senhor deputado disse na altura e que lhe pareceu injusto, foi dizer que eu estava a ocultar a verdade, quando, na realidade, não estava a ocultar a verdade. Referiu ainda que lhe mostrou os acontecimentos na ordem que eles aconteceram. Passaram dois meses antes da obra começar e o senhor deputado, na sua profissão, sabe que numa obra a 180 dias, o empreiteiro, após a adjudicação, ainda tem 30 ou 60 dias para a iniciar. Não podemos obrigar o empreiteiro a iniciar a obra logo a seguir à adjudicação, podemos sim é sensibilizá-lo para o facto. Isto foi o que foi feito neste caso concreto. O empreiteiro iniciou a obra logo que lhe foi possível, no âmbito daquilo que foi contratualizado, e nós pouco mais podemos fazer a não ser pressioná-lo. O que levou tempo foi chegar ao convite para a entrega da obra. Há também que salientar que teria sido mais rápido se, em abril, quando começaram a utilizar a estrada, a Câmara tivesse logo tomado algumas providências junto da EDP. Mas isto não aconteceu e levou mais tempo porque a EDP afirmava que ninguém os tinha proibido de lá passar, que não foram avisados, que não sabiam de nada. Na altura, explicou que mandou a fiscalização ao local, que conjuntamente com a GNR, identificou os camiões, porque a EDP Renováveis dizia que não tinha contratualizado ninguém para passar naquela estrada. -----

Recordou que, como já foi referido anteriormente, que esta negociação é que levou algum tempo até se conseguir chegar a bom porto, todavia e felizmente, hoje, apenas falta a parte da sinalização horizontal. -----

Referiu que não há nenhuma inércia instalada no município, antes pelo contrário, o que há são questões de contratualização, de *timing*, de falhas de obras que acontecem em qualquer lado, em qualquer município e que já aconteceram antes deste executivo e continuarão a acontecer no futuro. -----

Relativamente à deputada **Celeste Sebastião** começou por agradecer a sua participação e as suas sugestões. Referiu que, apesar da senhora deputada não gostar da frase, insiste que “ainda é cedo para lhe dizer todos os projetos que a Câmara tem”. -----

Neste contexto, mencionou-lhe o compromisso eleitoral do Partido Socialista, onde consta um parque de logística e onde Almodôvar se pode candidatar enquanto município de baixa densidade e de ruralidade intensa. -----

Alí consta também uma estrutura de apoio à dinamização do pão em Almodôvar, que também é um projeto que poderá vir a ser fundamental para a dinamização da produção e dos nossos produtores. -----

Consta alí também, em relação ao empreendedorismo local, a criação de uma incubadora, que é mais um projeto que pode ser incluído. -----

Todavia, voltou a lembrar à senhora deputada que ainda é cedo para elencar todos os projetos, pois tal como saberá, ainda não sabemos nada dos fundos comunitários.

Conhecem-se as linhas gerais, mas continuamos numa inércia, sem saber ao que nos podemos candidatar e o que podemos candidatar. -----

Almodôvar está no meio rural. Neste sentido, participamos em duas reuniões, realizadas em Coimbra, para discutir precisamente as candidaturas ao meio rural. Todavia, trouxemos na bagagem praticamente o mesmo que levamos, que é a boa vontade. Foi-nos também dito que irão continuar a trabalhar para as candidaturas, sobre as quais nada mais se sabe. -----

Terminou, afirmando que há pequenos projetos que se podem implementar, mas volta a frisar e espera que fique bem claro, em ata, que ainda é cedo para dizer quais os projetos que se podem candidatar, uma vez que em relação aos fundos comunitários “Portugal 2020”, ninguém sabe, ao certo, até onde é que podemos ir em termos de projetos candidatáveis. Os fundos estão a ser negociados. -----

Quanto à intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé**, recordou que, desde que se assumiu a gestão da Câmara, sempre têm colaborado com a “Feira do Medronho” e nunca o deixarão de fazer. Este é um daqueles projetos que é para continuar porque é bom para a região, para o concelho e para todos nós, munícipes. -----

Em relação à questão da denominação do medronho do Algarve e do Alentejo, a mesma foi explicada na última sessão desta Assembleia, mas provavelmente não foi bem explícito. Esclareceu que houve uma tentativa de usurpação do nome “Medronho do Algarve” utilizando a produção do Algarve e do Baixo Alentejo, ou seja, as freguesias de Santa Cruz, de São Barnabé e de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, onde existe produção de medronho de muita qualidade, que é o medronho do nosso concelho, foram incluídas num projeto de uma zona de medronho protegido com a denominação “Medronho do Algarve”. -----

Dois dias depois de essa notícia sair em Diário da República, foi feita na Câmara uma carta para tentar travar o processo, para que pudéssemos falar com a Associação de Produtores de Medronho de Monchique, com a Direção Regional de Agricultura do Algarve e do Baixo Alentejo. Estas entidades estiveram todas presentes, em Lisboa, uma reunião convocada pela Direção-Geral de Agricultura. Nessa reunião houve algum consenso, mas muito pouco, pois, foi notório que, no ponto de vista político, o Algarve quer ficar com a denominação “Medronho do Algarve”. Neste contexto, nós apenas pedíamos duas coisas: ou se alterava o nome, passando de “Medronho do Algarve” para “Medronho do Algarve e Baixo Alentejo”, ou se atribuía outro nome, onde a região do Baixo Alentejo pudesse ser identificada, para que a nossa identidade e a nossa produção pudesse ser reconhecida. O que nos foi dito, na altura, pelo senhor Diretor-Geral, foi que iria avançar com o processo, uma vez que em Bruxelas havia um prazo para cumprir e esse prazo já tinha sido ultrapassado, já se estava, pois, em período de exceção, e que, portanto, não aceitariam a nossa sugestão, mas, em contrapartida, comprometer-se-iam, no futuro, a aprovar uma segunda zona protegida de medronho do Baixo Alentejo. Bom, para isso não era preciso compromisso nenhum, pois nós temos o direito de o fazer. No entanto, acontece que as características do medronho do Algarve são as características do medronho do Baixo Alentejo e para registar a marca Baixo Alentejo ter-se-ia, de alguma maneira, de alterar parte das características do medronho, que é algo com o qual não podemos concordar, pelo que nos mantemos nesta batalha. -----

Ainda sobre este assunto e aludindo à matéria discutida na Assembleia da República, confessou não concordar, porque foi uma discussão demasiado agressiva, do género ou “querem ou saiem”, e não foi isso que ficou acordado, não foi isso que se pretendeu no decorrer das diversas reuniões que tivemos com o município de Ourique, com o município de Odemira, com o Diretor Regional e com o Secretário de Estado da alimentação. -----

Na verdade, não foi essa a conclusão a que chegamos e não é isso que está em cima da mesa. O que está em cima da mesa é a abertura da Direção-Geral da Agricultura em permitir que a denominação do medronho seja alterada, ou que o compromisso assumido não passe de um ano. Neste sentido, há pedidos de alteração de denominação do medronho por parte das entidades oficiais e de todos os municípios envolvidos. Ainda, a este respeito, há cerca de um mês houve uma reunião na Câmara Municipal de Almodôvar, onde estiveram presentes os Presidentes da Câmara Municipal de Tavira, da Câmara Municipal de Loulé, tendo também sido convidados os Presidentes da Câmara Municipal de Monchique, que não pode estar presente, da Câmara Municipal de Odemira, da Câmara Municipal de Ourique, da Câmara Municipal de São Brás de Alportel e da Câmara Municipal de Faro, que também não pode estar presente. Foram igualmente convidados dois deputados que não estiveram presentes. Como se torna claro, houve um grande esforço de, politicamente, pressionar a Direção-Geral para que o medronho tivesse uma denominação que incluísse a nossa identidade. Julga que se estão a fazer todos os possíveis para que o nosso medronho tenha a denominação que merece e conta com o contributo do senhor Presidente da Junta de S. Barnabé, na medida em que o Presidente da Junta, bem como o Presidente da Câmara, têm o dever de defender os interesses da população que os elegeram, o Presidente da Junta em relação à população da sua Freguesia e o Presidente da Câmara em relação à população de todo o concelho. -----

A deputada **Celeste Sebastião** solicitou à Mesa que a deixasse intervir para responder ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Dada a permissão da Mesa, a deputada **Celeste Sebastião** referiu que, primeiro, queria responder ao Senhor Presidente, uma vez que este lhe deu novamente a mesma resposta e não pode concordar que ainda seja cedo. -----

Argumentou que todo o trabalho de identificação de necessidades, de definição de prioridades, identificação dos projetos é, como o senhor Presidente deve saber, um trabalho que leva algum tempo e que precisa de estudos e de apoio fundamentado, portanto não concorda, de maneira nenhuma, com o senhor Presidente que ainda seja cedo. -----

Continuando, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia se poderia fazer, naquele momento, uma intervenção que tinha pensado efetuar no Ponto C 3 - Relatório de Atividades, considerando que foi um tema já levantado aqui por alguns dos seus colegas e também respondido pelo senhor Presidente da Câmara, e que se debruça sobre este evento único a sul do país que foi o festival ALMARTE. -----

Este último pedido da deputada **Celeste Sebastião** originou um diálogo na Assembleia Municipal, nomeadamente entre os deputados Celeste Sebastião, Francisco

Teixeira e o Presidente da Assembleia, do qual se destaca o seguinte, muito resumidamente: -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que era melhor fazer a intervenção no Ponto C 3, porque o tema se enquadra aí, senão para que serve a ordem do dia? - perguntou. -----

Há na ordem de trabalhos um período de “Antes da ordem do dia”, onde os deputados expuseram os problemas que entenderam ser necessários e que quiseram colocar ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. Abriu uma exceção para a deputada Celeste Sebastião fazer uma intervenção relativamente a um assunto que disse ser uma inverdade e agora simplesmente diz que quer ir discutir o ponto C 3 que está mais à frente na ordem de trabalhos. -----

A deputada **Celeste Sebastião** referiu que está dentro da agenda de trabalhos. Esclareceu que não foi isso que disse, que ainda estão no ponto “Antes da ordem do dia” e os deputados têm direito de fazer intervenções sobre os assuntos que acharem pertinentes. O Sr. Presidente da Câmara responde e os deputados têm o direito de resposta ou terão de se calar todos? – questionou. Terminou, referindo que é assim que, se calhar, o Sr. Presidente gostava que fosse. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que, de maneira nenhuma, quer cortar a palavra seja a quem for, nem aborrecer-se com as pessoas. Perguntou se, por acaso, todos sabem qual é o tempo para o período de “Antes da ordem do dia”? Lembrou que são sessenta minutos, divididos pelos três grupos políticos representados nesta Assembleia, o que perfaz um total de vinte minutos para cada grupo, todavia, como tem vindo a ser habitual, o tempo estipulado tem sido ultrapassado, não se cumprindo, deste modo, o Regimento. -----

A deputada **Celeste Sebastião** disse que sabe que são sessenta minutos e perguntou se o seu grupo alguma vez impediu os outros grupos de falarem quando quisessem, concluindo que, por si, falavam à vontade. -----

Questionou se sabem porque é que são esses sessenta minutos? Porque nesta Assembleia se aprovou um Regimento que tenta cortar a palavra o máximo possível aos deputados, com intervenções de 5 minutos para uma ordem do dia de 60 minutos - respondeu. A Assembleia Municipal é um órgão político onde que se deve discutir as matérias importantes para o nosso concelho e limitar a palavra aos deputados eleitos, seja dos Independentes, do Partido Socialista ou do PSD, seja de que partido for, é um ato antidemocrático. -----

O **Presidente da Assembleia** retorquiu que não recebe lições de democracia de ninguém. Recordou que o Regulamento da Assembleia Municipal que estava em vigor não era mexido há 12 anos, que foi aprovado, no início deste mandato, um novo Regimento que é o decalque do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, com os mesmos tempos de intervenção. A Assembleia Municipal de Lisboa é a assembleia mais escrutinada do país, portanto não se pretende cortar a palavra a ninguém, mas, em democracia, há regras e as regras em democracia têm de ser cumpridas por todos, e é isso que está a fazer e continuará a fazer enquanto for Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar. Já tem demonstrado, inclusivamente ao Sr. Presidente da

Câmara, que o Regimento aprovado é para cumprir. No dia em que os senhores deputados entenderem que não deve ser cumprido o Regimento, façam o favor de apresentarem uma moção e, nessa altura, deixará o cargo. Reforçou a ideia de que os deputados têm esse mecanismo ao seu dispor, mas enquanto for Presidente desta Assembleia o Regimento é para cumprir. -----

Apelou à leitura do regimento e lembrou que os sessenta minutos são para serem distribuídos pelos três grupos aqui representados, cabendo vinte minutos a cada grupo. Isto não é democrático nem antidemocrático, é uma regra do Regimento e, como tal, tem de ser cumprida. Concluiu, afirmando que é por causa de não se cumprirem regras que se vive numa bandalheira no nosso país e acrescentou que enquanto for Presidente da Assembleia é assim que as sessões funcionam. -----

A deputada **Celeste Sebastião** disse que já respondeu ao senhor Presidente e que só quer dizer que não pode concordar com ele. Não é sua pretensão dar quaisquer lições, longe disso, mas o ponto “Antes da ordem do dia” é para os deputados levantarem as questões que achem pertinentes. Se os outros grupos parlamentares não usam os vinte minutos, o problema é deles, todavia a Assembleia dá-lhes essa oportunidade. Nesta Assembleia nunca se tinha cortado a palavra a quem quer que fosse. Disse que este é o seu terceiro mandato e que ainda não tinha visto isso acontecer nenhuma vez, seja a que partido for ou a que membro for. Terminou, referindo que outras oportunidades existirão para fazer intervenções e que não seja esse o problema. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que antes de terminar o período de “Antes da ordem do dia”, iria procurar cumprir um dever de cidadania, que houve uma omissão que foi uma lacuna grave e fez o seu “*mea culpa*”. No entanto, esperava que alguém tivesse tomado a iniciativa, mas como ninguém a tomou, vai ele próprio, fazê-lo agora. --

No seguimento, o **Presidente da Assembleia** dirigiu-se ao palanque e **em seu nome** proferiu o seguinte: -----

Esperava que alguém cumprisse a sua falha, que é grave e assim sendo, é grave em relação a toda a Assembleia. -----

Faleceu entre as duas Assembleias uma figura grada desta terra, que foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa, o primeiro Presidente da Câmara Municipal após o 25 de Abril e que deixou obra no território de Almodôvar. Almodôvar começou o seu desenvolvimento no consolado do senhor Carlos Dinis Morgadinho Gago. -----

Uma figura grande da nossa terra, não só em termos profissionais que foi de reconhecido mérito. Ainda há pouco tempo lhe havia sido feita uma homenagem nacional, em Lisboa, que contou com a presença de quatrocentos solicitadores de todo o país, onde eu, como seu amigo, fui solicitado a fazer um pequeno depoimento sobre a sua vida. -----

Quero aqui deixar o pesar da Assembleia e, se a Assembleia Municipal a isso não obstar, será, em breve, apresentada uma resenha de moção de pesar à sua família. -----

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2014; -----

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao **Presidente da Câmara** que fizesse uma clarificação desta matéria. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que este documento de consolidação de contas, ou de demonstração financeira consolidada, fala por si, e vem ao encontro da aplicação da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que obriga a que todas as contas sejam consolidadas até 31 de dezembro de 2014, desde que exista a participação do município em empresas públicas. Esta situação, é a primeira vez que acontece, e o objetivo desta demonstração da consolidação, no fundo, é elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, que neste caso é a Câmara Municipal de Almodôvar e a RESIALENTEJO, que é a empresa que faz o tratamento e valorização dos resíduos do concelho de Almodôvar e de mais um conjunto de oito municípios agregados. -----

Para efeitos desta consolidação, e pelo método de equivalência patrimonial, foram utilizadas contas preparadas no sistema de normalização contabilística, o chamado SNC, e que são naturalmente transpostas para o POCAL, o sistema de contabilidade. -----

Em termos de números, considerando a totalidade das contas apreciadas, as contas individuais não diferem das contas consolidadas, ou seja, quer o ativo líquido quer o capital próprio mantêm os seus valores nas contas individuais e nas contas consolidadas. A diferença reside basicamente nas rubricas de capital próprio e resulta da diferença do método de registo contabilístico da participação da RESIALENTEJO entre, precisamente, as contas individuais e as contas consolidadas. -----

Muito sinteticamente, o ativo líquido das contas individuais é de € 61.010,996 e das contas consolidadas são no mesmo valor, assim como o capital próprio é de € 39.626,116 e as contas consolidadas, como acima foi referido, são do mesmo valor. O passivo das contas individuais é igual ao passivo das contas consolidadas, que é então de € 21.384,880. Nestes números das contas individuais, o resultado líquido contabilístico inclui a quota-parte do município na variação de capitais próprios da RESIALENTEJO, no ano de 2014. No caso das contas consolidadas, o resultado líquido apenas inclui a quota-parte do município no resultado líquido da RESIALENTEJO. Esta análise técnica pode parecer complexa, mas, no fundo, o que está em causa, é a participação da Câmara nas contas da atividade financeira da RESIALENTEJO e o que a RESIALENTEJO altera ou não nos resultados que são transportados para as contas do município no fim do ano.

Esta é uma legislação nova, que entrou em vigor pela primeira vez e, por conseguinte, é a primeira vez que é apresentada em Assembleia Municipal, o que requer ainda alguma atenção e análise por parte dos senhores deputados para que possa ser discutida. Em relação a este assunto, em concreto, mostrou a sua total disponibilidade para esclarecer e explicar tudo aquilo que fosse necessário. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao deputado **Francisco Teixeira**, que iniciou a sua intervenção referindo que o seu grupo irá aprovar este documento de caráter sobretudo técnico e, por isso, não têm nada a observar no trabalho que aqui está feito. -----

Quanto à parte política deste documento, a mesma já foi tratada na última Assembleia, quando se discutiu o Relatório de Gestão do Município e, portanto, não lhes merece qualquer reparo em termos de conteúdo, até porque, como disse, o documento é de caráter profundamente técnico. -----

Contudo, acrescentou duas observações que gostaria de ver esclarecidas nesta consolidação de contas. A primeira tem a ver com o facto de não estar feita nenhuma referência, nas contas de consolidação, à participação no município na AMGAP. Esclareceu que a AMGAP é a Associação que detém 49% no capital das Águas do Alentejo, onde a Câmara Municipal tem uma participação conjuntamente com os restantes vinte e dois municípios, e esta consolidação não refere essa participação, que lhe parece ser um assunto material, uma vez que a participação de 49% no capital das Águas do Alentejo são alguns milhões de euros, cabendo ao Município de Almodôvar algumas dezenas de milhares de euros. -----

A segunda refere-se ao facto de que deveria ter sido distribuída a Certificação Legal de Contas em papel próprio do Revisor Oficial de Contas, e não um documento transcrito para o papel com o timbre do município, pois trata-se de duas entidades independente, uma é o ROC e a outra é o Município. Quis também saber se o ROC fez apenas a Certificação Legal de Contas, ou se produziu algum relatório autónomo, anexo a essa Certificação Legal de Contas, que normalmente se costuma chamar anexo às demonstrações financeiras e consolidadas. Explicou que, como vem tudo em papel do município, não conseguiu distinguir, e porque também não sabe se a lei que se aplica aos municípios é a mesma que se aplica às empresas, solicita ao Presidente estes esclarecimentos. -----

Termina confirmando que, de qualquer forma, irão votar a favor deste documento. --

O **Presidente da Câmara** confirmou que há dois documentos do Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal de Contas Consolidadas, que, embora não haja qualquer outro relatório, esta certificação, em si, contem pontos que servem precisamente de relatório e um outro documento obrigatório por lei, denominado Parecer do Revisor Oficial de Contas, endereçado à Assembleia Municipal. -----

Sobre a questão da AMGAP e tendo em conta que esta matéria foi analisada pelos técnicos, julga que deve haver alguma justificação para o facto de a AMGAP não constar do documento. Provavelmente existirá alguma imposição legal que, por alguma razão, impõe que não se inclui a AMGAP. Todavia, frisou que não tem uma resposta técnica para o senhor deputado, mas que na próxima Assembleia Municipal estará em condições de responder e esclarecer inteiramente esta questão. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação **OS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2014**, os quais foram **aprovados, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD). --

C.2. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO: -----

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da seguinte listagem dos compromissos plurianuais assumidos e a assumir: -----

“LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS E A ASSUMIR A PARTIR DO DIA DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

Na sequência da *Proposta n.º 07/Presidente/2015*, formulada pelo Exm.º Sr. Presidente da Câmara, em 30.jan.2015 e em conformidade com a da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e regulamentada pelo

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, submete-se à apreciação dos órgãos municipais a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde o dia dois de janeiro de dois mil e quinze. -----

Fornecedor	Designação do fornecimento ou empreitada	Valor do contrato	Data do contrato	Prazo de fornecimento/execução	Término do prazo
CONSTRULINK – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Aquisição de Serviços — Plataforma Eletrónica de Contratação Pública para o Município de Almodôvar	€18.000,00	27.ABR.15	1096 Dias	26.ABR.18
CARLOS ANDRE CONCEIAO PARRINHA SALEIRO	Prestação de Serviços — Modalidade de Avença para a execução da atividade de Nadador-Salvador	€10.200,00	11.MAI.15	365 Dias	10.MAI.16
J. M. CARVALHO ARAUJO - ARQUITETURA E DESIGN, SA	Aquisição de serviços Elaboração dos Projetos de Arquitetura, Arquitetura Paisagista e Especialidades Projeto A - Requalificação de um troço adjacente à Estada Nacional 2 Projeto B - Requalificação do Parque da Zona Ribeirinha	€74.300,00	05.MAI.15	320 Dias, com a seguinte calendarização: Projeto A - 65 dias. Apresentação do programa base e estudo prévio, 15 dias. Apresentação do projeto base, 20 dias. Apresentação do projeto de execução, 30 dias. Projeto B - 255 dias. Estudo prévio global (inclui três fases) no prazo de 30 dias, após a entrega do projeto de execução do projeto A. Fase 1 Apresentação do projeto base 30 dias após a aceitação do estudo prévio global. Apresentação do projeto de execução 45 dias após a aceitação do projeto base. Fase2 Apresentação do projeto base 30 dias após a aceitação do projeto de execução da fase 1. Apresentação do projeto de execução 45 dias após a aceitação do projeto base. Fase 3 Apresentação do projeto base 30 dias após a aceitação do projeto de execução da fase 2. Apresentação do projeto de execução 45 dias após a aceitação do projeto base.	

Neste ponto, o deputado Francisco Teixeira pediu a palavra, tendo gerado um diálogo com o Presidente da Assembleia, com início no facto do senhor deputado referir que faria a sua intervenção do seu lugar, na bancada, e não precisaria de se dirigir ao palanque. Deste diálogo destaca-se o seguinte, de forma resumida: -----

O **Presidente da Assembleia** pediu ao senhor deputado para se dirigir ao palanque, a fim de não quebrar a disciplina e porque é daquele lugar que se gravam as sessões, lembrou. -----

O **deputado Francisco Teixeira** respondeu que o senhor presidente fala em disciplina, mas que não estão numa escola primária, que andou quatro anos na escola primária em Almodôvar e um dia esclarecerá esse assunto. -----

O **Presidente da Assembleia** retorquiu que não quis referir-se a essa disciplina, mas que está disponível para um dia falar sobre a escola primária. -----

O **deputado Francisco Teixeira** referiu que o senhor presidente fala em disciplina parecendo que estão numa escola com meninos. Lembra que estão numa Assembleia Municipal e já aqui foi dito pela deputada Celeste Sebastião que este é o órgão político do município, que não é um grupo de amigos que aqui estão reunidos e, portanto, os seus membros têm todo o direito de fazerem as intervenções que consideram úteis, dentro dos pontos da ordem de trabalho, como ela aqui quis fazer. Perguntou se na televisão se vê, na Assembleia da República, os deputados fazerem as perguntas do sítio onde estão, ou se os vê deslocarem-se do sítio? Disse que isso não acontece em nenhuma Assembleia, porque isso implica cortar o diálogo. Pode dali pedir-se permissão para se fazer uma pergunta simples e não se precisa de vir ao palanque para fazer essa pergunta. Esclareceu que, no mandato anterior, havia um microfone que se deslocava dentro da Assembleia para as pessoas fazerem as intervenções, ou as perguntas dos seus sítios, para que se sintam mais à vontade para intervir. Apelou ao Presidente da Assembleia para que as pessoas possam fazer perguntas e pequenas intervenções do seu lugar, com o microfone portátil. Referiu que em qualquer Assembleia é assim, que o palanque é para intervenções solenes, ou para uma intervenção de fundo, não é para fazer pequenas intervenções. -----

Lembrou que faz parte de um grupo parlamentar que tem opinião e o senhor presidente não pediu a opinião dos grupos parlamentares de como deveria organizar o espaço desta Assembleia. Foi o senhor Presidente que decidiu sozinho, mas deveria ter consultado os três grupos parlamentares, não o fez e isso está mal. -----

Prosseguindo, o **deputado Francisco Teixeira**, no que respeita à prestação de serviços para a execução da atividade de nadador-salvador, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, o porquê de uma prestação de serviços e porque não fazer um contrato a termo certo ou por tempo indeterminado? Pensa que um contrato seria mais correto e mais transparente que uma avença ou uma prestação de serviços. Esclareceu que, normalmente, se faz um contrato de prestação de serviços com uma sociedade ou com uma empresa, e isso é o que a lei determina. Esta alteração legislativa foi feita há muito poucos anos, justamente para evitar que as prestações de serviço e as avenças se prolongassem por tempo indeterminado e as pessoas nunca tivessem uma situação laboral definida. Por estas razões, aqui explicadas, pergunta se não teria sido melhor avançar com um contrato a termo certo ou por tempo indeterminado. -----

Relativamente aos projetos de arquitetura contratados com a empresa Carvalho Araújo, quis saber porque não se optou por fazer um concurso público, uma vez que os € 74.300,00 estão próximos do limite do ajuste direto, o que pode deixar ficar a dúvida de que, para se evitar o concurso público, se arranjou um valor próximo dos 75 mil euros. Em seu entender, o concurso público teria sido muito mais correto e transparente. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que não é muito lógico estar a responder a este ponto, porque se trata de um ponto só para conhecimento, no entanto, terá todo o prazer em responder ao senhor deputado. -----

Explicou que se deparou com uma situação que já vem de alguns anos, onde os trabalhadores das Piscinas Municipais estavam desmotivados, não conseguiam já assegurar o trabalho devido à idade, ao desgaste e com o fim das carteiras profissionais, dificilmente poderiam assegurar um serviço face a uma época balnear que estava à porta. Lembrou também que um trabalhador motivado é muito importante para uma empresa. Acrescentou que a avença com uma empresa seria ótimo, mas isso implicaria custos muito elevados para a autarquia. Assim, optou-se por contratar um nadador-salvador para um período específico e, como nada garante que possa vir a continuar, trata-se de uma situação temporária, e é para estas situações que servem as avenças. ---

Por outro lado, o que aqui está em causa é a prestação de um importante serviço ao público, um serviço de segurança a quem vai às piscinas, e gostaríamos que esse serviço pudesse ser feito por pessoas de Almodôvar, o que iria ao encontro de um dos nossos objetivos, que é estimular o emprego no nosso concelho e apoiar os jovens de Almodôvar e, acima de tudo, garantir que as Piscinas Municipais tenham um serviço de segurança com qualidade, daí a avença. -----

A avença é uma situação temporária, como o tem sido noutras situações, mas não é uma contratação, até porque o Município, neste momento, não pode efetuar qualquer contratação, mas, em contrapartida, poderá contratualizar através de avença. -----

Sobre a questão do limite da contratualização do Sr. Arquiteto Carvalho de Araújo, referiu que este é um dos melhores arquitetos do país, com muitíssimos prémios ganhos, pelo que entendemos que a sua contratação é uma boa aposta para preparar a zona ribeirinha, que vem desde o chafariz até á ponte Romana. Esclareceu que se está a elaborar um projeto para ver se existe viabilidade, não somente em apoios comunitários, como também na execução de uma obra que traga vida a Almodôvar, tanto ao nível comercial como ao nível de lazer, aproveitando o recurso existente, que é um curso de água que passa dentro da vila e que não está a ser minimamente aproveitado. Lembrou que está dentro das suas competências, enquanto Presidente de Câmara, contratualizar até aos 75 mil euros e estando estes serviços de arquitetura dentro da lei, é uma questão de opção contratualizar desta forma. Terminou, referindo que a um concurso público poderia concorrer qualquer outro arquiteto e, desta forma, ao entregar o serviço àquele arquiteto só vem trazer prestígio para Almodôvar. -----

O deputado Francisco Teixeira referiu que foi dito que não foi feito um contrato porque o município não pode contratar. Em consequência, questionou sobre os motivos que, neste momento, impedem o Município de contratar, uma vez que leu na imprensa que alguns municípios poderiam contratar, desde que não tivessem recorrido ao programa de emergência financeira. Apenas aqueles que recorreram ao FAM é que estão impedidos de fazer contratação, mas os municípios cujos níveis de endividamento

se mantivessem dentro de certos limites poderiam efetivamente fazer contratação e, como tal, gostaria de ser esclarecido.-----

O Presidente da Câmara disse ao senhor deputado que não leu a notícia toda. No entanto, esclareceu que, embora o que o senhor deputado disse seja verdade, julga que a notícia não está completa, tem de se acrescentar algo mais, ou seja, os municípios para contratarem, não podem ultrapassar uma dada percentagem com os recursos humanos, e ao contratar, fazendo-o a termo certo ou incerto, estão a contribuir precisamente para essa percentagem.-----

No caso das avenças, como está estipulado, não entram para contabilizar esses limites, não adicionam valores a esses limites de contratação.-----

O **deputado Francisco Teixeira** referiu que as avenças não podem ser feitas com pessoas, têm de ser efetuadas com sociedades ou com empresas.-----

O Presidente da Câmara referiu que nada na lei proíbe que as avenças sejam feitas com pessoas, desde que seja uma prestação de serviços. Concluiu que, de acordo com o conhecimento que tem sobre esta matéria, não há nada na lei que proíba este tipo de avença e os pareceres jurídicos que leu vão nesse sentido.-----

Gerou-se um diálogo entre o senhor deputado e o senhor presidente, que não ficou gravado. Em consequência, o **Presidente da Assembleia** referido que não iria dar a palavra a mais ninguém, porque lhe competia manter a disciplina na Assembleia. Acrescentou que a Assembleia não é nenhuma escola, mas tem de haver disciplina, senão ninguém se entende e, enquanto aqui estiver, vai manter a disciplina para que os trabalhos possam decorrer com toda a naturalidade.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

C.3. - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-----

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que quem se quisesse pronunciar sobre o Relatório de Atividades da Câmara, que fizesse o favor de se inscrever. Solicitou, de seguida, ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse a sua apresentação, de forma resumida.-----

Inscreveram-se os deputados José Brites, Celeste Sebastião, José Romba e Vítor Saleiro.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que o relatório é explícito e está tudo bem explicado, todavia se houver alguma dúvida ou questões que os senhores deputados queiram colocar, estará ao dispor.-----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **José Brites**, que leu o seguinte:-----

“1.º-----

Sobre o relatório, na sessão anterior fiz a seguinte observação que considero importante, e porque não foi respondida, de novo a transcrevo:-----

5 - Gabinete Jurídico e de Auditoria. -----

5.5 - Outras Atividades - na página 17, 22º parágrafo passo a citar: “procede no Diário da República a recolha de legislação de interesse sobre autarquias locais para depois enviar aos diversos serviços da Câmara consoante a matéria”.-----

O deputado pergunta: porque não é feito o mesmo com matérias que diga respeito à Assembleia, para que depois esta dê conhecimento, quando for caso disso, aos deputados que dela fazem parte?-----

2.º -----

Sobre a apreciação da atividade do Município, agora recebida, vem dizer que, no mesmo, existem várias frases em duplicado, dando como exemplo o seguinte que em nada melhora o presente documento: -----

3.5 Proteção Civil - 5 limpeza de bermas fls 10. -----

(zambujo-cruzamento Chadinha) 2,100 m. -----

(Chadinha tem Acharrua 92500 m. -----

Mt. Charrua – Mt. Cabeças. -----

Mt. das Cabeças – Várzea da andorinha. -----

Várzea da andorinha – Fontes Ferrenhas. -----

Estrada do Azinhal – Eta Azinhal. -----

Mú – Sítio das Éguas. -----

Corvatos – Pomar velho. -----

Acesso ao Santo Amaro. -----

9 Gabinete Municipal proteção Civil e de Ordenamento Florestal. -----

A fls 26 e 27 está feita transcrição precisamente igual. -----

Pergunta o deputado: nos relatórios anteriores existem sempre factos idênticos, mas apesar de aqui na Assembleia serem evidenciados, normalmente nunca são eliminados. Porquê? -----

Por último, o presente relatório não vem assinado. -----

A deputada Celeste Sebastião começou por referir que uma das atividades que está dentro do período deste relatório foi o festival ALMARTE, que se realizou entre 15 e 17 de maio, em Almodôvar. Nas palavras do senhor Presidente da Câmara, foi um evento único a sul do país. Tendo em consideração que este executivo municipal, de maioria PS/PSD, decidiu realizar um evento chamado ALMARTE, que custou o dobro do que aquilo que habitualmente se gastava com o Mercado Medieval, o Movimento dos Cidadãos Independentes por Almodôvar decidiu analisar quais as repercussões que foram alcançadas pelo ALMARTE. Análise esta que tornaram pública através da sua *new letter*, mas querem também que fique aqui registado, neste órgão, cujas funções passam pela discussão política de todas as matérias que se passam no concelho e pela fiscalização dos atos do executivo municipal. -----

Referiu que este evento, o ALMARTE, tinha criado expectativas elevadas nos almodovarenses. Após o rescaldo do Festival de Artes de Rua, é o momento de refletir sobre o que não aconteceu em Almodôvar durante estes três dias. Em termos técnicos e de organização, as falhas foram muitas e não poderiam deixar de enunciar algumas delas. Os erros de alinhamento dos artistas, os atrasos sucessivos, o pouco conhecimento demonstrado das necessidades técnicas dos espetáculos e as alterações constantes à programação, não passaram despercebidas a ninguém. Quando olham para

os cerca de 20 expositores presentes, ainda ficam mais desiludidos, pois contactaram os artesãos e as entidades locais uma semana antes da iniciativa. Para além de ser uma total falta de respeito por estas pessoas, não permitiu que as mesmas se preparassem devidamente, para não referir todos aqueles que nem sequer foram contactados. Mas a grande surpresa foi, como também já referiu aqui, a tenda junto do Convento, onde estava a zona de bares. Alguém percebeu exatamente o que é que se passou naquele espaço? O que aconteceu foi que este executivo decidiu não atribuir bares individuais às associações do concelho, mas sim colocar os membros dessas associações a vender para o município, daí a confusão que se gerou em termos de organização. Para além destas confusões, a atitude da Câmara foi, no entender do IPA, exatamente oposta àquela que deveria ter sido. O que aconteceu foi um claro retrocesso no relacionamento que existia entre o Município e as Associações. O relacionamento deve ser de responsabilidade mútua e o Município deve ter políticas de capacitação das Associações. Será este um processo adequado e transparente de apoiar as nossas Associações? Pergunta o IPA. Perante esta atitude, ficam ainda mais questões. Onde é que fica a responsabilidade? Onde é que fica a iniciativa das Associações num evento deste tipo? Parece-lhes aqui que estão a promover a desresponsabilização, o clientelismo, a mediocridade, até mesmo a submissão, em vez de estimularmos a responsabilidade, a criatividade, a livre iniciativa, o trabalho, a capacidade de realização e a justa repartição indexada ao trabalho realizado destas Associações. Querem uma sociedade civil e as Associações no nosso Município ativas, autónomas, responsáveis, capacitadas. Não entendem este retrocesso na atitude do nosso Município para com as Associações. -----

Por outro lado, com este executivo, as iniciativas culturais que antes eram desenvolvidas pela Câmara Municipal, pelos seus funcionários, passaram a ser organizadas por uma empresa, sempre a mesma empresa, contratualizada por ajuste direto e sem qualquer consulta a outras empresas. -----

Ao consultar o orçamento do festival ALMARTE, que lhe chegou às mãos, até pode dizer que fica “encantada”, tal a panóplia de encantos da aquisição de serviços, a panóplia de encantos para a contratação da publicidade, a panóplia de encantos para outras despesas, tudo isto somado dá mais de 76 mil euros, e parece que com a FACAL 2015 vamos ter a mesma situação, com a mesma empresa ou com outra empresa das mesmas pessoas, contratada por ajuste direto, sem consulta à outra concorrência. -----

Por outro lado, é no mínimo estranho que se gastem 20 mil euros em publicidade para a FACAL, quando ainda não foi adjudicada, quando não haverá já tempo de ser bem executada, pois estamos a menos de duas semanas da FACAL e, provavelmente, será a mesma do ano passado. Quando se virem os poucos resultados obtidos, aí temos a certeza absoluta que o Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara tinha a capacidade para realizar esta tarefa com muito mais repercussão e com um custo inferior, mas isto, foi só um aparte, sobre a FACAL. -----

Voltando às questões, o que nós gostaríamos de saber é o que é que se passa aqui? Será que depois de centenas de eventos, os trabalhadores do município, nomeadamente nesta área da Comunicação e Imagem, deixaram de ter competências? Deixaram de saber desempenhar as suas funções? Ou o que importa será favorecer os amigos e as empresas dos amigos dos mesmos? É que os trabalhadores são os mesmos, mudaram as chefias, portanto vamos lá ver onde está o problema. -----

Almodôvar conseguiu entre 2002 e 2013 afirmar-se como uma referência Regional e Nacional em termos culturais, quer pela diversidade quer pela qualidade da oferta e, em apenas dois anos deste executivo, isso foi praticamente arrasado, pois a qualidade e diversidade cultural acabou. Quando uma autarquia promove um evento que requer um investimento significativo, como foi o caso deste festival ALMARTE, deve ter como objetivos promover o concelho, atrair visitantes e, com isso, dinamizar o comércio e a economia local. O Movimento de Independentes por Almodôvar gostaria de saber qual foi o retorno deste ALMARTE. O Sr. Presidente tem números para dar? É que o IPA tem, sabem que em custos diretos, o ALMARTE custou mais de 87 mil euros, fora os custos indiretos com o trabalho dos recursos humanos da autarquia e com os meios materiais da autarquia. Sabem, por exemplo, que o bar das associações, de acordo com o documento dado pelo Executivo da Câmara aos Vereadores, teve um custo, em despesas, superiores a 6 mil euros, para uma receita de 3.142,00 euros. Quer dizer que realmente foi um evento nunca visto ao sul do país, porque um sucesso não foi. Com prejuízos desta ordem e falando apenas do bar das associações, não acreditamos que tenha sido um grande sucesso e temos pena. -----

Com um evento consolidado que já trazia a Almodôvar milhares de visitantes, perguntou se é correto extingui-lo e jogar fora todo o potencial que este tinha, só porque é bonito fazer diferente do anterior executivo. O executivo tem de ser responsabilizado por atos desta natureza e esta Assembleia Municipal não pode deixar sem reparo atitudes como as referidas atrás. Devemos exigir isto, estamos em condições de fazê-lo, porque somos deputados eleitos, para que haja muito mais cuidado e atenção com os gastos dos dinheiros públicos. A responsabilidade é desta maioria que promove, mas é também de quem a apoia, ou de quem passivamente nada faz, aceitando todas as situações em prol da defesa dos interesses privados e pessoais e não do interesse dos Almodovarenses, como devia ser seu dever salvaguardar Senhor Presidente. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que a senhora deputada, na sua intervenção, fez quase que uma acusação, o que o deixa estupefacto pelo modo como a faz. -----

Certamente não foi ao ALMARTE, ou então não esteve no mesmo evento, porque havia ruas cheias de pessoas. Diz que viu uma tenda junto ao Convento com Associações, mas se viu bem, concerteza que viu as Associações a colaborarem entre si, que ninguém lá era deficitário da sua capacidade mental em termos de produção, que ninguém lá era incompetente. O que se viu foi as pessoas a colaborarem, a mostrarem que podem trabalhar juntas, a produzirem para as suas associações, porque ninguém lhes disse que o dinheiro que lá faziam era para o município. Não sei onde é que foi buscar essa ideia totalmente descabida, sem qualquer fundo de verdade. -----

Depois, enquanto o Movimento dos Independentes vê um valor de 87 mil euros de custo do ALMARTE, nós vemos uma inovação e uma experiência para o futuro, com a capacidade de se poder candidatar estes valores aos fundos europeus, coisa que não acontecia com a Feira Medieval. Não põe em causa os méritos da Feira Medieval, nem disse que não era um bom evento, simplesmente quis dizer que há a necessidade de inovar, de avançar, de melhorar, de fazer aquilo que os outros não fazem. -----

A senhora deputada adiantou um aspeto que me vai desculpar, mas não pode passar em branco, pois só não reclama quem não é filho de boa gente. A senhora deputada diz

que este executivo faz sempre o evento com a mesma empresa “Panóplia de Encantos”. A senhora deputada sabe, por exemplo, que em 2010, 2011, 2012 e 2013, a FACAL foi feita pelas mesmas empresas com valores de 78 mil euros, em média, por ano? São essas empresas “Musistrada” e “Sons da Vicentina” que pertencem a um senhor que tem por nome Flávio de Jesus Figueiras, que foi candidato pelo PS em 1998 à Junta de Freguesia de Aljezur e, depois, passou para o PSD, e é candidato do PSD, em Aljezur. Se a senhora deputada estava a insinuar que existem favores por parte deste executivo, então pede para analisar as contas das contratações e, depois, tenha cuidado, porque quem tem telhados de vidro não pode jogar pedras ao ar. Bom, isto nem sequer era para ser dito aqui, nesta Assembleia, mas já que a senhora deputada insistiu. -----

Em relação à empresa contratada, referiu que os contratos seguem a lei, que a empresa tem prestado um serviço digno à Câmara Municipal e com elevada qualidade. Custa a perceber porque é que o Movimento dos Independentes, na altura com outra sigla, mas no seu tempo, contratava quem queria e este grupo de trabalho do PS não pode contratar quem é profissional. Não vislumbra qual é a diferença, mas o importante é que se cumpre a lei com rigor e transparência, de tal modo que, pouco tempo depois do evento ALMARTE, na reunião de Câmara, foram apresentadas as contas, todas clarinhas, daquilo que se gastou. -----

Todas as contas de todos os eventos que se têm feito, logo que é possível são apresentadas em reunião de Câmara, com transparência e sem medo, sem receio de nada. Todos os gastos são feitos legalmente, com transparência, sem enganar ninguém, nem para beneficiar seja quem for, portanto a acusação de benefício não cabe na sua janela, nem faz parte da sua atuação. -----

Ouve um breve diálogo entre o senhor Presidente da Assembleia e o senhor Vereador António Sebastião que não é perceptível. -----

A deputada Celeste Sebastião solicitou a palavra para responder ao senhor Presidente da Câmara, mas que foi recusada pelo Senhor Presidente a Assembleia, tendo gerado um diálogo que se resume: -----

A **deputada Celeste Sebastião** referiu que o senhor Presidente da Assembleia tem de respeitar o seu direito de resposta. -----

O **Senhor Presidente a Assembleia** apelou que o deixem dirigir a Assembleia com dignidade e segundo as regras que estão implementadas. Há um Regimento para todos respeitarem e devem respeitar seja quem for que aqui esteja nesta Assembleia. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado José Romba**, que começou por referir que queria pôr uma pedra sobre o assunto da estrada das Viúvas, mas não consegue, pois tem de dar uma resposta ao senhor presidente. -----

Quanto à questão de que havia uma negociação, o senhor presidente nunca esclareceu que estava em negociação paralelamente com a EDP Energias Renováveis. ----

Seguidamente leu o seguinte texto: -----

“Obras da Rua do Convento. -----

Relativamente às obras da Rua do Convento, executadas durante o executivo anterior, afirmou o Sr. Presidente, como uma desculpa para a demora das obras em

execução atualmente nas Ruas da Malpica, do Arco e do Afonso, que estas também demoraram muito tempo, sendo atribuído um prazo de dois anos para essa intervenção.

O Sr. Presidente tentou descartar-se, mas mal com esta obra, que foi executada pela empresa construtora onde eu trabalhava e ainda trabalho atualmente e fui eu o responsável técnico pela sua execução e diretor da obra, querendo comparar a situação de modo a que o anterior executivo também tivesse tido uma obra ou mais, em que o prazo se arrastasse, para se “limpar” e “desculpar” que afinal a situação atual já foi verificada anteriormente e não era novidade nenhuma. -----

Pois, cabe-me no mínimo esclarecer que o que tem estado em questão e é isso que prejudica as pessoas que residem ou têm os seus estabelecimentos nas zonas das obras, é o efetivo tempo que são incomodados e privados do funcionamento normal das ruas onde as pessoas circulam para poderem deslocar-se e fazer a sua vida normal e não o prazo ou o tempo decorrido nos documentos a que o Sr. Presidente teve acesso, onde só viu o princípio e o fim dos prazos ou dos autos de medição. -----

Então, com base nesses poucos elementos relativos à obra da Rua do Convento, poder-se-á verificar que a consignação, data em que é entregue a obra ao empreiteiro e começa a contar o prazo legal, foi a 01 de outubro de 2008, e a receção provisória da obra foi a 19 de novembro de 2010, o que perfaz efetivamente os dois anos que o Sr. Presidente referiu. -----

No entanto, deve ser esclarecido que efetivamente a obra física iniciou-se em novembro de 2008, como se aproximava a época de Natal, em que todos os comerciantes estão a contar fazer algum negócio e até já terem aprovisionado as mercadorias para essa época, solicitaram ao executivo em exercício que as obras fossem interrompidas na época do Natal, o que foi transmitido e aceite pelo empreiteiro. -----

Após essa interrupção, reiniciaram-se as obras em janeiro e prolongaram-se até abril, onde foi solicitado pelo executivo que fossem pavimentadas e concluídos todos os trabalhos até ao dia 16 de abril, mais concretamente na 5ª feira anterior ao início da feira medieval desse ano, para tal teria de haver muito empenho e trabalho árduo e organizado de todos os intervenientes, o que foi assumido pelo empreiteiro e concretizado, pois apesar de todas as surpresas e dificuldades que surgem neste tipo de obras em geral, não é só agora e nesta obra que estão a surgir problemas, esse é um fato comum a todas as obras e, por isso, há que ter uma equipa do lado do dono de obra e do empreiteiro, empenhadas em resolver todas as situações sem andar a “empurrar” culpas de uns para outros e não resolver. -----

Portanto, o prazo efetivamente gasto a “incomodar” os municípios foi de 4 meses e não de dois anos. -----

De abril de 2009 a novembro de 2010, até se efetivar a receção da obra, foi um tempo de resolução de como faturar trabalhos diferentes dos contratuais, não de execução física de obra, tendo sido fechada a obra em termos de contas em maio de 2010 e resultado dois ajustes diretos para a execução de uma rede de distribuição de águas e para a execução dos parques de estacionamento da zona dos blocos que não estavam previstos no projeto inicial. -----

Espero ter esclarecido o Sr. Presidente da Câmara e restantes membros do executivo atual, bem como dos municípios, que para além de terem a noção de que não foi de “tanto tempo”, porque viveram a realidade desta obra, não podem de modo nenhum

compactuar que a obra atual está a ser uma repetição da anterior, porque isto é uma situação nunca vista nem vivida por nenhum município desta vila.-----

Como já devem ter reparado, nunca fiz comentários em relação a estas obras, para evitar que me acusassem de ter algum interesse particular em causa. -----

Só para concluir esta justificação e para lhes fazer ver o que é a minha opinião em relação a esta e às outras poucas obras em execução no concelho atualmente, é que “falta planeamento”, nesta e em todas, bem como no global em relação à programação dos projetos de obras a executar pelo atual executivo. -----

E para não me alongar mais sobre este assunto, fico à disposição para colaborar no que for preciso, tendo em vista a melhoria de projetos e de planeamentos para as obras em execução e a executar no nosso concelho, pois essa é a minha área de trabalho, onde desenvolvo a minha atividade em várias zonas do País e tipos de obra, onde é reconhecida a minha capacidade de concretização, mesmo com todas as dificuldades que surgem e exigem respostas prontas e funcionais, “sem desculpas”. -----

Proseguindo, referiu que relativamente à Rua do Convento pensa ter esclarecido o que se passou, para que não se esteja a empolar e a dizer que esta obra é igual às outras. -----

Para não falar só nesta obra e na das Viúvas, quis alertar para um caso que lhe parece gritante e em que acha que todos os membros desta Assembleia deverão ter muita atenção e não descurar aquilo que vai dizer, porque talvez o Sr. Presidente esteja a descuidar-se com uma situação, que se trata da pavimentação da estrada entre a Aldeia dos Fernandes e vários Montes da Freguesia e o aditamento contratual da mesma obra referente à construção das Passagens Hidráulicas. -----

“Pavimentação da estrada entre A-dos- Fernandes e vários Montes da Freguesia e aditamento contratual na mesma obra referente à construção de passagens hidráulicas.

A pavimentação desta estrada foi adjudicada à empresa Convirsan pelo valor de cerca de 250 mil euros e deveria estar concluída, de acordo com o contrato assinado no início do mês de maio de 2015.-----

Como é do conhecimento de todos, qualquer obra desta natureza ou de outra, tem um mapa com as quantidades de trabalhos e respetivo programa de trabalhos e cronograma financeiro, que é aprovado pelo Dono da Obra e permite à fiscalização acompanhar a evolução da obra e verificar, a todo o momento, se os prazos parcelares estão a ser cumpridos e se a sua realização irá decorrer respeitando o prazo definido contratualmente, com alguma antecedência, podendo obrigar-se o empreiteiro a justificar e resolver a situação. -----

Nesta citada obra, cedo se começou a verificar o incumprimento do programa de trabalhos, e numa fase da obra em que o investimento do empreiteiro era manifestamente menor, o que deveria ter suscitado, de imediato, uma preocupação acrescida do Dono da Obra (Câmara Municipal) sobre as possibilidades reais do empreiteiro terminar a empreitada no prazo contratualizado ou, até mesmo, se a iria terminar. -----

A agravar esta situação, recebeu a Câmara notificação que a dita empresa (Convirsan) estava sujeita a execução fiscal e penhora de créditos, o que ainda deveria ter preocupado mais o Executivo. -----

Acresce a toda esta situação, o facto de grande relevância que é o de estarmos a falar de uma obra com financiamento comunitário aprovado e, portanto, com uma necessidade ainda mais premente de resolução atempada do problema. -----

O Senhor Presidente assinou um contrato com esta empresa para um aditamento à obra, a que lhe chamou construção de passagens hidráulicas, no dia 20 de Abril deste ano, já depois de saber que a empresa estava com execuções fiscais e penhora de créditos e que não ia acabar a obra. -----

Foram feitos vários alertas pela oposição (IPA) sobre esta questão, tanto no Executivo da Câmara como aqui neste órgão, ao que o Sr.º Presidente respondeu desvalorizando a situação e até chegou a afirmar na última sessão desta Assembleia, que a obra não estaria atrasada, pois cerca de 50% do trabalho já estava executado, não estaria era pago nessa totalidade, pois só tinham faturado cerca de 10%, para segurança do dono de obra.-----

O Sr. Presidente deixou arrastar toda esta situação até ao limite, com grande probabilidade de perder o financiamento comunitário, mas ainda mais grave é como todo este processo foi recentemente tratado, senão vejamos: -----

O Senhor Presidente fez aprovar no Executivo Municipal, nas reuniões de 22 de maio e de 3 de junho de 2015, a cessão da posição contratual destas duas adjudicações de uma forma pouco clara, sem qualquer transparência, e este procedimento assusta qualquer responsável por cargos públicos, que deve ter como princípio inalterável a transparência dos atos e a boa gestão dos dinheiros públicos, bem como a defesa do Estado de Direito. -----

Aprova a cessão da posição contratual da empreitada de pavimentação no valor de 231.354,67 euros numa obra cuja adjudicação global foi de 249.922,48 euros o que corresponde a 92% da totalidade da adjudicação, e depois de nos órgãos Municipais ter afirmado que os trabalhos estariam realizados a 50%. -----

Tudo isto, tratando-se de uma empresa sujeita a execuções fiscais e penhora de créditos. -----

O Senhor Presidente tem consciência da gravidade desta decisão? -----

Questionado pelo Vereador João António sobre as suas afirmações relativas aos 50%, o senhor Presidente diz na reunião de Câmara de 03 de Junho de 2015 que é verdade, as obras estão feitas, mas que não estão em condições de serem aceites. -----

Mas numa situação destas, isso aplica-se em que termos? -----

O senhor Presidente ao fazer esta afirmação está a colocar a Câmara numa situação de ilegalidade, está a favorecer um empreiteiro (e já explico melhor como), está a prejudicar credores e está a prejudicar a Câmara, porque não pagando não recebe os financiamentos comunitários. -----

O Senhor Presidente tem consciência que, numa situação destas, que não tem uma informação jurídica específica para este caso, onde é que poderá fundamentar e justificar a decisão?-----

Porque é que não tem no processo uma informação da chefe de divisão respetiva, que deveria ter dado a sua opinião e fundamentar os princípios para a tomada de decisão do executivo? -----

Porque é que não tem no processo uma informação da chefe de divisão administrativa e financeira, que o enquadraria na realidade e o alertava para a gravidade de tal decisão? -----

O Senhor Presidente sabe que existe uma informação da fiscalização, de fevereiro de 2015, que é igual a uma outra de maio de 2015, sobre trabalhos realizados, que são ainda os mesmos, não tendo sido executados mais quaisquer trabalhos neste intervalo de tempo, parecendo que a obra esteve suspensa, sem, no entanto, constar no processo qualquer auto de suspensão da obra? -----

Toda esta situação é realmente muito conflagradora, nada transparente, revela uma postura censurável ao nível da gestão e ao nível da credibilidade do Município de Almodôvar. -----

Queremos deixar nesta Assembleia uma posição muito forte de oposição e de discordância sobre todo este processo e alertar todos os deputados municipais para este caso e, provavelmente, outros que devem merecer de nós uma atenção e postura condizente com o dever de respeitarmos o voto de quem nos elegeu. -----

Ainda com a agravante de estarmos a falar de uma empresa que cede as suas posições contratuais pelos motivos já exaustivamente explicados e aceite pela Câmara, chamada Convirsan, a uma outra chamada Convirsul, o que indicia estarmos a falar de empresas do mesmo grupo empresarial e que, por isso, ainda torna tudo isto mais lamentável. -----

Achamos que estas situações merecem uma boa reflexão por parte do Sr. Presidente e do executivo atual, não deixando de fora todos os membros desta assembleia, que afinal tendo conhecimento destas graves decisões, poderão implicar graves acusações de conivência indevida com a gestão atual.” -----

Para terminar realçou que é um alerta que aqui quis deixar. -----

O Presidente da Câmara adiantou que só quer fazer um pequeno esclarecimento relativamente a esta situação. Como o senhor deputado disse, e muito bem, este assunto foi presente a reunião de Câmara, onde foram aprovados os documentos. Todavia, todas as decisões que se aprovam na Câmara, quer sejam tomadas por si ou pelo executivo que lidera, a responsabilidade é sempre sua. Esta é mais uma daquelas situações sobre a qual tem responsabilidade e irá esclarecer o porquê do seu procedimento. -----

A informação que deu sobre a obra estar a 40% ou a 45% concretizada e o pagamento não ter sido feito, deveu-se ao facto do fiscal considerar que a obra não estava em condições de ser recebida. O facto da informação dada pelo fiscal no mês de fevereiro ser igual à do mês de maio, foi o que fez forçar o empreiteiro a tomar uma decisão: ou acabava a obra ou saía da obra. Em consequência, o empreiteiro foi convidado a encontrar uma solução conjuntamente com a Câmara e, com esse objetivo, reuniram-se diversas vezes. -----

O que está aqui em causa não são as execuções, o que está aqui em causa é a responsabilidade da Câmara Municipal perante os valores dos subsídios comunitários. Em condições normais, se os apoios comunitários não terminassem a 30 de junho, porventura teríamos imediatamente terminado o contrato com o empreiteiro. No entanto, acontece que a empresa tinha um mês e meio para trabalhar e o que se conseguiu fazer foi, falando com o empreiteiro, tentar que este encontrasse uma solução viável para esta situação, como, por exemplo, encontrar um outro empreiteiro que acabasse a obra, caso ele não tivesse condições. Essa solução foi apresentada e, como sabem, a lei está do lado do empreiteiro que apresenta uma solução, pelo que não

somos nós que forçamos a tomada de decisão, que dizemos se queremos a empresa A ou a empresa B, é o empreiteiro que tem esse direito. -----

Alguns vereadores não concordaram com a solução apresentada, nomeadamente os vereadores representantes do IPA, que estão, pois, no seu direito de discordar. -----

Ora, o que acontece é que a Câmara Municipal tem um projeto aprovado de cerca de 250 mil euros e, ao mesmo tempo, existem agentes de execução que querem que a empresa CONVIRSAN lhes pague. A Câmara Municipal não está a defender os agentes de execução, o papel da Câmara Municipal é defender os seus munícipes e os interesses do município e, nesse sentido, defender os interesses do município é assegurar que a obra fique pronta num prazo estipulado, num prazo que contará com uma prorrogação do Secretario de Estado, porque houve uma série de situações que justificam essa prorrogação. -----

Afirmou que, enquanto Presidente da Câmara assume essa decisão, não tem que estar a defender os interesses dos agentes de execução, o que tem de defender são os interesses da população do concelho, da população da Aldeia dos Fernandes ou de qualquer outra localidade onde exista uma obra. -----

Neste contexto, o que se passou é que uma dada empresa apresenta uma outra empresa para tomar posse da obra. Há uma cessão de posição contratual, a nova empresa que vem tomar aquela posição contratual nada tem a ver, em termos legais, com a outra empresa. Todavia, pode-se perguntar: sendo o nome parecido não serão do mesmo grupo? Bom, os nomes que constam da última certidão e do alvará nada têm a ver com essa situação em concreto. -----

Neste caso específico, tendo em conta a limitação de tempo que havia para decidir, era importante apresentar uma solução ao INALENTEJO, uma solução viável que permitisse conseguir mais algum tempo para terminar a obra. A Câmara Municipal não é a culpada da empresa, que ganha a obra em concurso público, estar com penhoras. O concurso público decorreu normalmente, mas quando a empresa tomou a obra começaram a surgir cartas dos agentes de execução. Nesta situação, e perante os factos, a decisão a tomar só poderia ser aquela que, acima de tudo, assegurasse os interesses do município de Almodôvar em duas vertentes fundamentais. A primeira é que a obra fique feita, quer seja pela empresa A, B ou C, o importante é que a empresa reúna todas as condições que a lei exige para concretizar a obra. A segunda é que a empresa que não tem condições de realizar o trabalho saia a tempo da nova empresa conseguir acabar a obra. Esta posição da Câmara Municipal é a correta. Houve a proposta da cessão da posição contratual e, em consequência disso, a Câmara Municipal agiu, não em defesa de interesses particulares, nem de agentes de execução, nem de tribunais contra uma empresa, mas de forma a garantir que a obra é concretizada para a utilização dos munícipes, já que foi para isso que a obra foi candidatada. -----

A decisão tomada foi uma decisão consciente, e parece-nos que foi a melhor decisão que podia ter sido tomada. Num cenário de haver mais tempo, provavelmente tentar-se-ia renegociar, ou se acabaria com o contrato e, eventualmente, abrir-se-ia um novo concurso público. No entanto, nesta situação concreta, o tempo estava esgotado, amanhã terminam os prazos das candidaturas, e, face a isso, conseguiu-se alguma prorrogação do prazo. Mediante este contexto e estas limitações, as decisões têm de ser tomadas e, por isso, tem a convicção de que a decisão tomada foi a melhor, está dentro da legalidade, e continua à espera que haja uma garantia bancária para que a obra

avance, porque, caso contrário, não haverá contrato assinado. O que se está a fazer, não se está a fazer em “*cima do joelho*”, mas está-se a fazer tudo dentro da legalidade e é dentro dessa legalidade que se continuará a trabalhar. -----

Quanto à obra da Rua da Malpica e zona envolvente, deparámo-nos com a questão do tempo, mas, sobre esta obra, já foi explicado o que se estava a passar. Houve a necessidade de ajustes ao projeto que tinha algumas lacunas. Durante a execução da obra foram-se encontrando problemas que tiveram de se resolver. Houve a questão do Posto de Transformação, houve também as questões de indecisão da EDP e da PT. Houve, ainda há pouco tempo, um buraco na Estrada Nacional 2 que esteve aberto quase quinze dias, porque a PT não veio colocar os cabos que devia ter vindo colocar, num trabalho que duraria apenas dois ou três dias, ou seja, houve nesta obra uma série de situações, que em nada abonaram a favor da rapidez que se desejava para a obra. ----

Em relação à Rua do Convento, certamente que não se fez em três meses e certamente que esta rua não teve tanto trabalho para fazer como tiveram as Ruas da Malpica, do Arco e do Afonso. Em relação ao comércio, voltou a insistir que se tentou, a todo o custo, que a última rua a ser intervencionada fosse a Rua do Afonso. -----

Referiu que esperava que essa pergunta viesse de outro deputado que não tivesse um relacionamento comercial com a Rua do Afonso, mas se a fez, fez muito bem, no entanto, por uma questão de ética não deveria ter sido o senhor deputado a intervir com referência à Rua do Afonso, mas, enfim, a questão que se coloca é de interesse de todos nós. -----

Acrescentou ainda que, em relação a estas obras, estão-se a tirar os cabos das paredes, a mudar as condutas, a fazer-se calçada de primeira qualidade, em suma, está-se a fazer o melhor. No decurso de uma obra, é natural que surjam situações que têm de ser resolvidas no momento, como a que aconteceu na Rua do Arco, onde se deparou com uma rocha que estava debaixo das casas. Para resolver este problema, houve a necessidade de se fazer um ajuste direto de quase 15 mil euros para reforçar, com betão e ferro, aquela vala, porque senão estaríamos sujeitos a que, em breve, as casas pudessem rachar. Esta é uma situação que implica mais tempo, mas que o senhor deputado, como engenheiro, compreenderá, pois ninguém estava à espera da rocha quando se abriu a vala. Esta era um tipo de rocha que poderia colocar em causa os edifícios que se encontram ao longo de toda a rua, pelo que houve a necessidade de remediar a situação para prevenir eventuais danos futuros naquelas construções, e isto empatou-nos mais uma semana. Espera que se compreenda o tempo que aqui se gastou e os seus efeitos na conclusão da obra. -----

Pensa que a Secretaria de Estado, ou quem lidera os programas de financiamento, tem de ser informado destas situações para nos conceder mais algum tempo, mas, volta a afirmar, a obra da Rua da Malpica é uma obra que nada tem a ver com a obra da Rua do Convento, porque aquela se tornou mais complexa por tudo aquilo que já se disse, como a existência de problemas na parte do pavimento ou das infraestruturas cadastradas. Por outro lado, é natural que a Rua do Convento tivesse outros problemas, mas acrescentou que nunca disse que a obra levou dois anos a fazer. O que lhe disse foi que a obra esteve dois anos a executar. As obras atuais estão a ser feitas há oito meses, no entanto já se deveria ter terminado em maio, mas esperamos terminar no próximo mês de julho. Não podemos é simplesmente parar a obra porque o empreiteiro não a

terminou, tudo faremos para que a termine e estamos a fazer o nosso melhor para que a obra fique o melhor possível dentro dos condicionalismos que possamos vir a ter. -----

O **deputado Vítor Saleiro** referiu que gostaria de dizer uma palavra em relação ao respeito que este órgão deve ter e merecer de todos. Falou-se em organização, em disciplina, em regras, e não há dúvida de que este órgão deve primar pelo respeito das normas e das regras, porque se chegarmos ao ponto em que não há disciplina e em que não há regras, então o que é que estamos aqui a fazer? – perguntou. O que acontece é que aqui tem havido uma turma sem respeito pelo professor, e aqui o professor é o Sr. Presidente da Assembleia que está a dirigir os trabalhos. Ele merece o nosso respeito e parece-lhe que ele tem zelado, a todo o momento, pelo respeito de toda a Assembleia. –

Seguidamente, lembrou que entramos, nesta altura, num período de paragem das atividades letivas, pelo que as nossas crianças e jovens precisam de uma atenção especial, em particular, neste período em que estão de férias letivas. Está a falar da ocupação dos tempos livres e gostaria que lhe fosse explicado o que é que se pensa fazer neste domínio. Que atividades tem perspetivado este executivo? O que é que se pensa fazer em relação à ocupação dos tempos livres das crianças em geral? -----

O Senhor deputado foi interrompido pelo **Presidente da Assembleia**, que lembra que, neste momento, está-se a discutir o Relatório de Atividades, e a intervenção do senhor deputado parece-lhe que se enquadrava no período de “Antes da ordem do dia”, pedindo-lhe, por isso, que abreviasse a sua intervenção. -----

Continuando, o **deputado Vítor Saleiro** quis explicar o porquê desta intervenção e da introdução deste ponto. -----

Esclareceu que tem a ver com a utilização racional dos espaços, nomeadamente do pavilhão gimnodesportivo e do espaço desportivo que estão inseridos na Escola Básica e Secundária. Estes espaços podem ser utilizados pelas crianças, pensando que não será descabida a sua utilização no que diz respeito à ocupação dos tempos livres, tanto mais que no relatório de atividades consta a recuperação de espaços infantis. -----

Quanto à recuperação do pavilhão gimnodesportivo municipal, julga que é esse o enquadramento. É importante fazerem-se melhorias de infraestruturas e criarem-se condições para aproveitamento das crianças e, isso, porventura, vai proporcionar também a projeção de uma série de atividades que preencherão a ocupação dos tempos livres das crianças. -----

Também levantou a questão da utilização das Piscinas Municipais. No entanto, mostrou preocupação com a qualidade da água e também com a segurança. Estes aspetos que têm a ver com a rotina daquele espaço, merecem um especial cuidado por parte dos responsáveis, sobretudo quando os seus utentes são crianças. -----

Também gostaria de saber qual a atual situação em relação à construção do Cineteatro, nomeadamente ao nível das obras em curso. O que é que está perspetivado sobre a obra que não há meio de se ver concluída? -----

Quanto à ciclovia, que também faz parte dos trabalhos que estão perspetivadas ao nível de melhoria dos espaços, o que há a dizer? E quanto à requalificação da zona ribeirinha, o que é que está previsto neste espaço em termos de melhoria? -----

O Presidente da Assembleia voltou a frisar que parece à mesa que a intervenção do senhor deputado Vítor Saleiro justificar-se-ia mais no período de “Antes da ordem do dia”. -----

O Presidente da Câmara respondendo às questões que lhe foram colocadas, referiu que, em relação às atividades para crianças, começou hoje o ATL. No ano passado, o ATL foi um sucesso, tendo participado cerca de cento e quarenta e cinco crianças. É seu desejo que este ano também se possa assegurar a mesma qualidade para que, até ao final do verão, as famílias possam, de alguma maneira, ter algum usufruto e possam beneficiar do apoio da Câmara Municipal nesta matéria. -----

O Presidente da Assembleia interrompeu o Senhor Presidente da Câmara, lembrando-o que esta matéria não cabe neste período de discussão do relatório de atividades. -----

Referiu que lhe compete manter a disciplina da Assembleia, que existem pontos específicos onde os assuntos devem ser tratados. Assim, se se definir e balizar todos os campos, com certeza que ninguém andará a atropelar-se - frisou. -----

Prosseguindo, o **Presidente da Câmara** referiu que a qualidade da água das Piscinas Municipais está assegurada pelas análises que são feitas periodicamente. Também os depósitos foram limpos, trabalho este que nunca tinha sido feito e, por isso, havia algumas matérias acumuladas, esclarecendo, a este respeito, que este trabalho se enquadrou na limpeza que foi feita nos depósitos do concelho. Explicou que efetivamente havia algumas restrições na qualidade da água das piscinas, mas que foram levantadas pela Direção Geral de Saúde há cerca de duas ou três semanas. No que respeita ao receio das bactérias detetadas anteriormente, a qualidade da água tem vindo a ser garantida ao longo do tempo, pelo que, neste momento, nada há a recear. ---

Sobre a recuperação dos espaços para os jovens, informou que se está a recuperar os parques infantis do concelho, que estão em execução, neste momento. -----

Quanto à questão da ciclovia, que se enquadra no projeto da entrada sul, o mesmo está praticamente pronto para ser lançado a concurso, faltando apenas um parecer da EDP. Neste âmbito, far-se-á um circuito pedonal e uma ciclovia que sirva quase de circunvalação que ligue os diversos pontos da vila para que possamos caminhar em segurança. -----

Relativamente ao Cineteatro, houve ultimamente uma reunião com os advogados da empresa e com os engenheiros responsáveis da obra. Como já foi explicado, houve alguns defeitos no projeto inicial que exigiram algumas alterações. A obra foi iniciada em março ou abril de 2013 e quando se tomou posse da obra, a mesma estava em execução. Houve algumas alterações que tiveram de ser feitas. Havia uma grande indefinição da parte do projetista relativamente às estruturas exteriores que seguravam a cortiça. Também não estavam definidas nem as medidas nem a quantidade de aço necessário. Houve a necessidade de se fazerem testes laboratoriais para se encontrar as medidas certas, tendo o projetista não concordado. Depois dos testes, o projeto não foi dado como adequado e, em consequência, tiveram de se fazer algumas alterações. Está agora em curso a preparação dessa estrutura metálica que vai servir de suporte ao acrílico que, por sua vez, vai servir de suporte à colagem da cortiça. -----

Julga que agora se está no bom caminho em termos de negociação com a empresa, que também teve alguns problemas financeiros. -----

Pensa que, estando-se no fim de quadro comunitário, a estrada da Aldeia dos Fernandes e o Cineteatro não apareceram na melhor altura. Também as obras têm durado tempo a mais, mas, de facto, as prorrogações foram sendo feitas tendo em vista a boa execução dos trabalhos. Todavia, neste momento, o interior do cine teatro está praticamente terminado, faltando apenas colocar as cadeiras que também, na altura, não estavam definidas consoante a vontade do projetista. -----

Tem havido dificuldades enormes em relação ao projetista, que não responde a tempo. Quando lhe era paga a deslocação a Almodôvar, ele deslocava-se cá, entretanto deixou de lhe ser paga a deslocação e ele deixou de vir e também deixou de responder às nossas solicitações. A este respeito, acrescentou que tem tomado algumas decisões do interesse do município, já que, como dono da obra, por vezes tem de tomar certas decisões que não vão ao encontro do que o projetista quer, mas têm sido tomadas decisões em articulação com os técnicos da autarquia. Estas decisões têm sido tomadas com fundamento e com a consciência de que estamos a fazer bem, para que a obra possa terminar sem erros no projeto e para que se possam corrigir os erros de execução que têm vindo a ser cometidos ao longo de mais de dois anos. -----

A **deputada Celeste Sebastião** voltou a perguntar se tem ou não o direito de responder ao Senhor Presidente. -----

O **deputado José Romba** pediu também para responder ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que esta situação é um dos motivos da sua rigidez na aplicação do Regimento, tanto para o senhor Presidente da Câmara, como para os senhores deputados, porque se o não fizer, como se percebe, tudo culminará numa anarquia. -----

Relembra que enquanto aqui estiver, vai dirigir a Assembleia regimentalmente. Não é o Severo de Almeida que aqui está, é o Presidente da Assembleia que está a dirigir uma assembleia com a dignidade que entende que o cargo merece. -----

Já abriu uma exceção a um pedido de intervenção, agora já há outro pedido e outra consequente exceção e, depois, o senhor Presidente também está no direito de querer uma exceção para dar a respetiva resposta, depois haverá outro deputado que, por sua vez, também quer uma exceção, de maneira que, enquanto aqui estiver, vai cumprir o regimento, e quem se sentir mal em relação ao cumprimento do regimento que foi aprovado nesta Assembleia e que é um Regimento igual aos Regimentos de todas as Assembleias do país, só têm uma coisa a fazer, que é propor uma moção de censura contra o Presidente para o destituir, pois não está agarrado ao cargo. -----

Foi dada a palavra à **deputada Celeste Sebastião** que disse que, relativamente à resposta que o senhor Presidente da Câmara deu à sua intervenção, gostaria de dizer que não referiu na sua intervenção que os membros das Associações são incapazes, longe de si julgar, mas sim que o município e o executivo tinham cortado a autonomia destas Associações, desresponsabilizando-os, tendo em conta o formato do bar das Associações do evento. -----

O Sr. Presidente da Câmara e o Executivo tem todo o direito de inovar, têm todo o direito de ter novos eventos culturais, foi eleito para isso e tem os seus projetos, mas

também tem todo o dever de prestar as contas destes eventos e das atividades que realiza. -----

Referiu ainda, que não está a fazer favor nenhum ao permitir o acesso às contas, apenas está a cumprir um dever, que é o dever de transparência do executivo municipal, o mesmo que era praticado pelo anterior executivo. Caso exista alguma dúvida sobre as contratações do anterior executivo para a FACAL, ou para outro qualquer tipo de atividade, ou se existir qualquer dúvida relativamente ao anterior executivo, basta que o senhor Presidente da Assembleia permita que o anterior Presidente da Câmara, que está aqui presente, explique, mas como nós estamos numa Assembleia disciplinada, que mais parece uma turma de alunos disciplinados pelo seu professor e não um órgão de debate político, sabe que isso nunca vai acontecer. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que a senhora deputada veio aqui injuriá-lo, questionando se acha bem que, com a idade que tem, merece ser injuriado. Questionou também se a senhora deputada leu o Regimento. -----

A **deputada Celeste Sebastião** afirmou que não injuriou o senhor Presidente e sabe o que é o Regimento. -----

O **deputado José Romba** disse que o que se está a passar não é falta de respeito nenhum pelo senhor Presidente nem pelos órgãos que aqui estão presentes, mas quando se faz uma determinada afirmação ou a explanação de um determinado assunto, têm o dever e o direito de ouvir o senhor Presidente da Câmara que, por consequência, pode não estar a responder diretamente, ou com a certeza e a clareza que, às vezes, é preciso responder às perguntas e, por isso, pode ser necessário voltar à questão e perguntar-lhe de novo, ou então fazer algumas correções. -----

No caso concreto, o que o senhor Presidente da Câmara disse relativamente às obras da Rua do Convento, vai ter de repetir para esclarecer e isto não é para chatear, mas para esclarecer, porque acha que é esse o dever dos deputados. -----

O Senhor Presidente da Câmara tinha dito na Assembleia anterior, que a obra da Rua do Convento tinha levado dois anos e isto não é verdade. Relativamente aos documentos, é verdade que houve um documento de consignação até à receção da obra que foram dois anos, mas toda a gente que tem morado em Almodôvar, e naquele caso concreto, mesmo que não tenha noção se foram quatro ou seis meses, tem a noção de que não foram dois anos, não estiveram dois anos em obra seguramente. -----

Como este assunto o afetou diretamente, porque era o diretor desta obra, para além de ter nascido naquela rua, há também a noção que as pessoas têm de que não foram dois anos. -----

Como o senhor Presidente da Assembleia mora na Rua da Malpica, sabe que está a ser incomodado há tempo demais. É ou não é verdade? Porque é que a Rua da Malpica ainda não está acabada de pavimentar. Está tudo enterrado, qual é a novidade agora? É verdade que houve o problema do Posto de Transformação, mas isso já passou, a calçada já está feita, porque é que não se acaba agora mais um bocadinho aqui ou ali? Não sei porquê. É falta de planeamento e é só isso que quer referir aqui de novo. -----

Se houvesse planeamento, não estávamos ainda à espera de um cabo da PT ou da EDP. Não tem querido falar nesta obra propositadamente, para não apanhar com a insinuação que o senhor Presidente acabou de lhe fazer. A este propósito, escreveu uma

frase que dizia “como já devem ter reparado nunca fiz comentários em relação a estas obras para evitar que me acusassem de ter algum interesse particular em causa”. Ora, foi exatamente nisso que o Sr. Presidente da Câmara acabou de pegar. Porque não pode vir aqui defender isto? Foi exatamente aqui que eu não queria falar nestas obras, porque fui o engenheiro da obra de baixo, porque sou morador, porque tenho interesses pessoais lá. Tenho esclarecido as pessoas que lá têm estado, nomeadamente o empreiteiro, pois tenho-o esclarecido do que é que está feito, de como é que estava feito, de como é que devia fazer e podia ainda esclarecer mais, se alguém me perguntasse. Esclareceu que tem estado disponível para colaborar, como é sabido, apesar da primeira ideia, se calhar, ser contrária. Portanto, o que tem havido ali é falta de planeamento, e não basta vir dizer agora que se teve de fazer uma pregagem nas rochas da Rua o Arco, que a Rua do Afonso está atrasada, ou que a Rua da Malpica ainda não tem o resto da calçada. O que há é falta de planeamento, sejam frontais, é o fiscal, o engenheiro daquela empresa, é o projeto, são essas coisas todas, mas estamos cá para as resolver, é para isso que é o nosso trabalho, mas infelizmente essa parte eu sei bem o que é, até porque passo todos os dias por aí, por outras obras. -----

Relativamente à estrada da Aldeia dos Fernandes, o senhor Presidente enaltece, e tem mesmo de ser, que o primeiro interesse é dos munícipes em terem a obra e agarrar o financiamento etc. O que eu quis fazer com este documento, foi chamar a atenção do senhor Presidente que devia agarrar elementos dos seus departamentos, o jurídico, o económico-financeiro e o técnico e ter elementos da parte deles, que não tem, para se suportar, porque isto vai depois cair-lhe tudo nas suas costas, só quer alertar. -----

Pode parecer que se anda aqui numa guerra, mas não é guerra nenhuma, isto é um alerta importante, no seu ponto de vista, e que não é para acusar ninguém, mas atenção, porque pode ser grave, não quis aqui estar a apontar favorecimentos a empreiteiros, nem sequer põe nenhuma dúvida que o Sr. Presidente está a defender os interesses do município. -----

Para terminar, frisou que já ouviu aqui por várias vezes que, quando se fala no Cineteatro, é porque o arquiteto que cá vinha queria 2500 euros por cada deslocação, e é muito difícil convencê-lo a vir agora que acabaram com isso. Parece-nos a todos que é exagerado que algum arquiteto peça 2500 euros por cada vez que vem a Almodôvar. Normalmente, o que acontece nos projetos e cadernos de encargos, é que há um determinado número de deslocações previstas para toda a obra, mas se a obra se prolongar têm de renegociar e pagar as deslocações. Se o atraso for da responsabilidade do dono da obra, neste caso da Câmara Municipal, esta terá de assumir aqueles encargos, se a responsabilidade for do empreiteiro será o empreiteiro a pagar ao arquiteto. Portanto, não havia que ter receio do valor da verba contratada, agora se falamos que por cada vez que cá viesse queria mais 2500 euros, diria até que não estamos aqui para sustentar “chulos” e acha muito bem que o senhor Presidente da Câmara o tenha feito. Solicita que autorizem o senhor Vereador Sebastião a responder se isto era verdade. -----

Termina, referindo que não se pagam os 2500 euros ao Arquiteto, que se está a pagar não sabe quanto ao empreiteiro, ou seja, estamos com a obra pendurada, porque ele não vem resolver e, então, deixamos estar as coisas assim. -----

O **Presidente da Assembleia** pediu a todos que leiam o Regimento para não andarem a atropelar-se e esclareceu que os “*tempos*” contidos no Regimento são iguais aos do anterior Regimento. -----

Uma vez que foi citado pelo senhor deputado, quer dizer que a última coisa que irão ver é ele entrar na discussão política. O Presidente da Assembleia Municipal não entra na discussão política, a discussão política é uma discussão dos deputados, dos deputados e dos respetivos grupos, são eles que têm de dirimir. -----

Como munícipe tem a sua opinião sobre a Rua da Malpica e tenta informar-se sobre o assunto, sabe o que se passa e a complexidade das obras, como sabe o que se passou em relação a uma obra do Mercado, ou em relação à obra da Rua do Convento, que é a zona onde a sua vida praticamente se passa, mas a última coisa a que vão assistir é que ele entre na Assembleia na discussão política. No entanto, quanto à disciplina da Assembleia, faz muita questão em a manter enquanto aqui estiver. -----

C.4. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão contendo as deliberações tomadas nas rúbricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA, PSD). -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, do dia 29 de junho de 2015. ----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata fazem parte integrante da mesma e dão-se aqui por reproduzidos. --

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----